

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**Yuri Coelho Leal**

**Dominação carismática como catalisadora da sociedade civil: Uma ameaça ao  
Estado de Democrático de Direito**

Governador Valadares

2024

**Yuri Coelho Leal**

**Dominação carismática como catalisadora da sociedade civil: Uma ameaça ao Estado de Democrático de Direito**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Direito, do Instituto de Ciências da Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador(a): Profa. Dra. Fernanda Henrique Cupertino Alcantara

Governador Valadares

2024



FICHA CATALOGRÁFICA

**Yuri Coelho Leal**

**Dominação carismática como catalisadora da sociedade civil: Uma ameaça ao Estado de Democrático de Direito.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Direito, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Aprovada em 8 de outubro de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares

---

Profa. Dra. Rosana Ribeiro Felisberto  
Universidade Estadual de Minas Gerais, Campus Belo Horizonte

---

Prof. Dra. Simone Cristine Araújo Lopes  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanharam ao longo desta trajetória e cujas conversas críticas e incentivos me impediram de desistir, especialmente a aqueles que já não fazem mais parte de minha caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as encruzilhadas que passei em meu caminho sem as quais certamente não seria possível entender a grandeza de concluir esta etapa. Agradeço à minha orientadora por ter acreditado em mim e em minha capacidade. Agradeço a meus amigos que me acolheram nos momentos de desespero e me ouviram especular por horas a fio antes de definir a bibliografia deste trabalho. Por fim, agradeço por tantas discussões calorosas acerca do panorama político proporcionadas pela minha família. O esforço em encontrar uma linguagem para explicar o dilema da crise política e a nova roupagem que adquirira foi o que tornou não só possível como necessária a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

Resumo: Este trabalho busca oferecer um patamar que sirva de mecanismo de entendimento da instrumentalização da racionalidade e da dominação na Democracia brasileira e sua ameaça ao Estado Democrático de Direito, questões que por vezes parecem avessas se pensadas unicamente pela ótica da evolução do Direito ou da sociedade democrática. Tomando por método a revisão bibliográfica abrangente de autores e autoras da Teoria Sociológica, discutiremos a incidência e contemporaneidade dos conceitos de *sociedade civil*, *Democracia*, *dominação carismática*, *Estado Democrático de Direito* e a importância destes na composição e manutenção do ornamento e da segurança jurídica. Ao final deste trabalho o leitor deve ser capaz de entender porque ainda hoje triunfam idealismos radicais como o bolsonarismo. Quais conjunturas de controle social e dominação que possibilitam a ascensão dessa realidade de violência latente. O trabalho está organizado numa sequência de pensamento que visa facilitar o entendimento passando primeiro pela definição de *sociedade civil*, passando a sua participação no *projeto democrático*. Seguindo pela construção da ideia de uma capacidade daquela de impor comportamento aos indivíduos e da possibilidade de controle da coerção através da *dominação carismática*. Por fim, revisando o movimento *bolsonarista* entenderemos a ameaça que se apresenta à ordem jurídica e à própria Democracia.

**Palavras-chave:** *Sociedade civil*. *Democracia*. *Dominação carismática*. *Estado Democrático de Direito*. Bolsonarismo.



## **ABSTRACT**

Abstract: This work seeks to offer a level that serves as a mechanism for understanding the instrumentalization of rationality and domination in Brazilian Democracy and its threat to the Democratic Rule of Law, issues that sometimes seem averse if thought solely from the perspective of the evolution of Law or democratic society . Taking as a method the comprehensive bibliographical review of authors of Sociological Theory, we will discuss the incidence and contemporaneity of the concepts of civil society, Democracy, charismatic domination, Democratic Rule of Law and their importance in the composition and maintenance of the ornament and legal security. At the end of this work, the reader should be able to understand why radical idealisms such as Bolsonarism still triumph today. What situations of social control and domination enable the rise of this reality of latent violence. The work is organized in a sequence of thought that aims to facilitate understanding, first through the definition of civil society, moving on to its participation in the democratic project. Continuing with the construction of the idea of a capacity to impose behavior on individuals and the possibility of controlling coercion through charismatic domination. Finally, by reviewing the Bolsonarista movement we will understand the threat it poses to the legal order and to Democracy itself.

**Keywords:** Civil society. Democracy. Charismatic domination. Democratic State of Law. Bolsonarism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO 1: SOCIEDADE CIVIL E CAPACIDADE DE LEVANTE SOCIAL</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 2: A DEMOCRACIA SEGUNDO ALEXIS DE TOCQUEVILLE E HARRIET MARTINEAU</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE DOMINAÇÃO E SUA PARTICIPAÇÃO NO IDEÁRIO SOCIAL</b>	<b>22</b>
WEBER E O DILEMA DE CANUDOS	24
<b>CAPÍTULO 4: SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA, DA REPÚBLICA A REDEMOCRATIZAÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 5: JAIR MESSIAS BOLSONARO</b>	<b>40</b>
O BOLSONARISMO	43
OITO DE JANEIRO: UMA AMEAÇA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	54
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>56</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca, em primeiro plano, mais do que saciar, incitar a curiosidade do leitor acerca do estado de coisas e da necessidade de se encontrar uma base de entendimento pela qual se possa experimentar a importância do estudo do programa de pensamento proposto e desenvolvido pelas ciências sociais durante a formação jurídica, voltando-se à sua contemporaneidade e incidência no universo legal. Entender minimamente a dinâmica de organização pela qual justificamos o Estado como conhecemos é crucial para mantermo-nos atentos à fragilidade dessa. A desatenção aos fatores sociologicamente relevantes pode comprometer a posição do Direito enquanto ciência bem como o próprio Estado democrático de Direito. A atenção ao desenvolvimento das relações e estruturas sociais se faz essencial para o próprio convívio acertado em sociedade. Este trabalho busca oferecer um patamar que sirva de mecanismo de entendimento da instrumentalização da racionalidade e da dominação na Democracia brasileira e sua ameaça ao Estado Democrático de Direito, questões que por vezes parecem avessas se pensadas unicamente pela ótica da evolução do Direito ou da sociedade democrática. Tomando por método a revisão bibliográfica abrangente de autores e autoras da Teoria Sociológica, discutiremos a incidência e contemporaneidade dos conceitos de *sociedade civil*, Democracia, Dominação, Estado Democrático de Direito e a importância destes na composição e manutenção do ornamento e da segurança jurídica. Ao final deste trabalho o leitor deve ser capaz de entender porque ainda hoje triunfam idealismos radicais como o bolsonarismo. Quais conjunturas de controle social e dominação que possibilitam a ascensão dessa realidade de violência latente. E como é possível a alternância de poderes e razões de ser tão radicalmente opostas, a exemplo da transição entre os governos Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Liberal (PL) no Brasil. A um primeiro olhar pode parecer tatar-se de questões cotidianas, mera alternância de poder ou uma onda reacionária passageira. Como se demonstrará, tais questionamentos repercutem em tantas facetas que só podem ser respondidas em um esforço conjunto entre o Direito e a Sociologia.

Este trabalho está organizado em quatro pontos principais. Inicialmente se fará uma breve conceituação do que pretendemos chamar de *sociedade civil*, e suas vertentes de entendimento e surgimento, de modo que se possa perceber sua

importância e interlocução com os demais temas enquanto forma de se compor, regular e modificar a realidade. Tem-se então um debate acerca de sua posição em diversos autores, formando um entendimento acerca de seu conceito.

Tal entendimento passa por uma discussão acerca das tendências do processo de chegada e construção da Democracia, tal como concebe Harriet Martineau e Alexis de Tocqueville, de modo a percebermos as lacunas presentes no sistema político vigente, e as condições para o surgimento de certos grupos e ideias na sociedade moderna.

Em seguida, passaremos a estudar como são importados cultural e socialmente as regras do convívio ou interesse coletivo para a formação da Democracia, que, alinhadas às *teorias de dominação* de Max Weber, mostram o *modus operandi* da liderança, em força e discurso, para que se entenda a ascensão tão rápida e de certas óticas da realidade, bem como, como seria possível que se incluía ou desperte no imaginário coletivo, de forma eficaz, ideias que pareciam estar adormecidas ou excluídas do meio social.

Adiante, passaremos a analisar em específico a elevação do pensamento e do governo bolsonarista, e o carisma da figura de Bolsonaro, como vertente de salvação frente à insatisfação para com o sistema político, e seu descolamento do establishment após 27 anos como parte excluída e marginalizada desse próprio meio. Como ilustração, faremos a análise de alguns dos principais pontos da campanha que lhe garantiu a vitória das urnas de 2018 e a demonstração da capacidade de ação das teorias e poderes aqui apresentados e a ruptura com a ordem política anteriormente estabelecida. Por último, com base em todos os princípios aqui levantados, se fará um juízo da mutabilidade e fragilidade da realidade e do próprio Estado Democrático de Direito, colocando em xeque a legalidade como conhecemos. Frisa-se que toda tentativa de retrocesso em matéria de justiça e igualdade social é uma problemática de interesse à ciência jurídica como um todo. Primando, a necessidade de constante vigilância e superação do pensamento individualista, bem como da necessidade de diálogo constante entre as frentes de proteção e desenvolvimento da Democracia como forma de garantia da ordem.

## **CAPÍTULO 1: SOCIEDADE CIVIL E CAPACIDADE DE LEVANTE SOCIAL**

Neste capítulo, examinaremos o conceito de *sociedade civil* no prisma de diferentes autores. Enfatizando ser o local onde são travadas as lutas sociais seja por hegemonia ou emancipação política e ou econômica. Começando pelo que se chamará de sociedade e seu comportamento, e buscando entender o desdobramento dos fatos sociais, é necessário entender o surgimento e a flexão do que aqui se chama *sociedade civil*, uma vez que é nela que se dará toda a análise que se segue. Buscamos compreender que, se tratando da organização de interesses, o surgimento da *sociedade civil*, é também o surgimento do Estado. Para isso, podemos abordar a teoria contratualista clássica e seu diálogo com a teoria moderna de formação do Estado.

O Estado foi inicialmente definido pelo filósofo político inglês Thomas Hobbes (1588-1674), como um pacto humano, o que conhecemos como contrato. Para ele, o caráter religioso de formação do Estado não existia, ele conjecturou que o indivíduo era o cerne desta pactuação. "O poder do Estado é a soma dos poderes de cada um dos indivíduos, que renunciam a sua liberdade natural e a entregam ao Leviatã, em troca da segurança" (HOBBS, 2008, p. 103). Portanto, prevalecia anteriormente o estado de natureza que se caracterizava pelo uso da violência na defesa de interesses individuais, o que culmina em uma luta de todos contra todos. Diante desse cenário, os indivíduos, evitando serem consumidos pela violência, abriram mão desse poder e o transferiram para um novo ente, soberano, que viria posteriormente a ser intitulado de Estado.

Remontando aqui às origens do pensamento liberal, o filósofo político contratualista inglês, já descartava as aspirações do pensamento religioso, enquanto analisava a formação das instituições políticas. Hobbes concluiu que tais instituições se originam de uma espécie de acordo humano velado e definia então o Estado como uma pactuação (um contrato). Hobbes partia do entendimento de uma sociedade natural empirista e adaptava seus conhecimentos: tendo por pressuposto imediato o indivíduo, e pensando a realidade humana e sua natureza a partir disso. Assim, sendo o indivíduo "naturalmente" egoísta, e disposto e tendencioso à violência para defender seus próprios interesses, a Natureza humana, o estado de natureza, seria um estado de permanente luta de todos contra todos.

Esse ente, resultante do pacto coletivo, assume a responsabilidade de garantir a ordem, o que implica na imposição das regras, vigilância para garantir o cumprimento das cláusulas do contrato, bem como assegurar a manutenção deste diante de insurgências que poderiam vir a ocorrer (HOBBS. 2008).

“A multidão assim unida num só corpo, é chamada de Estado (...), que é uma pessoa artificial, cuja vontade, pela convenção de muitos homens, deve ser considerada como a vontade de todos” (HOBBS, 2008, p. 138)

Surgiria assim o referido pacto em que cansados do estado constante de vigilância e guerra, os indivíduos se submetiam a abrir mão de sua natural violência, transferindo sua capacidade de imposição frente aos demais a um novo poder, o Estado. O poder, ou, neste caso, o controle do direito de violência, se encontra e agora se legitima nesse novo Ente, o Soberano, sob pretexto de garantir antes de mais nada o direito à vida. Um pacto coletivo do qual não se podia escusar nenhum dos agora “civis”, uma vez que, enquanto detentor único da violência, o Soberano tinha também o dever de vigiar, punir e assegurar o cumprimento do contrato, devendo se impor contra qualquer ameaça a esta nova ordem. Esse ente, resultante do pacto coletivo, assume a responsabilidade de garantir a ordem, o que implica na imposição das regras, vigilância para garantir o cumprimento das cláusulas do contrato, bem como assegurar a manutenção deste diante de insurgências que poderiam vir a ocorrer (HOBBS. 2008). Como pontuado, o Estado passa então a ser considerado “sujeito”, tendo em si uma lógica, razão e legitimação próprias, sendo além disso, detentor de direitos e deveres, contendo uma lógica própria e uma razão própria.

Pouco tempo depois, um novo filósofo, John Locke (1632-1704), buscava desenvolver a teoria contratualista mantendo ainda a noção de 'natureza humana', como parte fundamental da necessidade lógica do Estado, contudo, agregando às razões de ser a propriedade privada e seu conseqüente acúmulo e manutenção, como seu atributo motivador principal. Escreveu o autor: "O grande e principal objetivo dos homens ao unirem-se em comunidades e colocarem-se sob um governo é a preservação de suas propriedades." (LOCKE, 1994, p. 47). Assim, em decorrência, o Estado passava a ser o garantidor não somente da vida, mas, também e acima de tudo, do Direito ao individualismo e à propriedade privada.

Por fim, o último dos contratualistas, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), discordando da selvageria como justificativa primeira do Estado, aponta a necessidade de superação coletiva das desigualdades, criada principalmente pelo surgimento da propriedade privada; e a necessidade de evolução social como razão pela qual se convencionaria a pactuação e criação de um Estado que deveria corresponder à confiança que lhe era depositada na capacidade de manutenção da ordem e da legalidade. O autor negava a existência de um estado de barbárie pregando que seria a sociedade quem imporá ao indivíduo a necessidade de se defender. Preceitua que o homem nasce liberto dos interesses de conflito: "O homem nasce livre, e por toda parte encontra-se acorrentado" (ROUSSEAU, 2004, p. 12). De fato não há um consenso sobre a existência ou não de tal do estado de barbárie. Há diversos estudos antropológicos acerca das sociedades primitivas organizadas sem um Estado, que primam a demonstração das hierarquias vigentes e da forma de organização, não dando indícios de qualquer anarquia violenta que se assemelhe ao proposto pelos autores. Não se nega a existência de confrontos internos, em diversas circunstâncias, mas entende-se que os integrantes desses grupos mantinham, via de regra, relações pouco tensas entre si, com diversas justificações a suas associações.

Aqui nos importa perceber que desde que se busca a justificativa ao Estado, esbarramos na ideia de uma contratação coletiva. É importante destacar que o autor entendia que o soberano ainda que representasse a vontade do coletivo não a supria, havendo a necessidade de se fazer jus à posição de liderança e soberania, frente a possibilidade de insurreição dos contratantes quando não supridas suas necessidades, ou não assegurados seus direitos e segurança. Como se lê: "O soberano, não sendo senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo; o poder pode ser transmitido, mas não a vontade." (ROUSSEAU, 2007, p. 62).

Emerge dos pensamentos contratualistas aqui abordados, o surgimento simultâneo ao pacto de duas categorias que nos serão necessárias adiante: a *sociedade política* e a *sociedade civil*. A sociedade política concretizada na figura das instituições de governo, no poder soberano, na capacidade de imposição da ordem (o governante, os órgãos de governo e o próprio Estado), enquanto os pactuantes, a

chamada *sociedade civil*, seria composta pelos governados, dando base ao convívio e à vida social.

Enquanto Hobbes, como demonstrado, sendo absolutista, acreditava que a *sociedade civil* deveria estar subordinada ao Estado, sendo este o legítimo detentor do uso da força impositiva e de todos os demais poderes, Locke segue o ideal de que existem também poderes da *sociedade civil* (1689). Uma vez que a defesa dos interesses pactuados exige, logicamente, que se acate tais interesses, o Estado encontra certa imposição na demanda dos proprietários pela defesa da liberdade e da propriedade privada. Como visto, Rousseau segue ainda ao aperfeiçoamento dos deveres do governo para com os integrantes da *sociedade civil*, instituindo a possibilidade de superação e substituição do soberano enquanto direito. Este dever de desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições governamentais, seguiu sendo a base de diversos filósofos posteriores que primavam a necessidade de melhor assegurar e corresponder às necessidades dos homens – especialmente às exigências dos titulares de propriedade.

A busca pela imposição de interesses gera, na sociedade organizada, o Direito, aqui não o direito positivado, mas aquele decorrente da regulação que assegura em algum nível direitos e deveres. Le-se:

"Assim, qualquer ação que se refira ao objeto da vontade geral, e que seja regida pelas normas da convenção social, constitui o Direito; e o Direito, dessa forma, é gerado pelo contrato social." (ROUSSEAU, 2007, p. 58).

Assim, é na *sociedade civil* em que surgirão as novas tensões originárias do convívio, da necessidade e do Direito, para que se construa a realidade. É no interesse na manutenção da propriedade que surgem os *direitos reais de posse e propriedade*. Como se nota, é na propriedade e no interesse no acúmulo de bens que passa-se a exigir normas legais para a aquisição, transferência, alienação e sucessão. Afinal, quando instaurado um sistema de representação de interesses, sejam eles quais forem, o Estado, servindo ao controle social, serve para regular a imposição dos mesmos.

A conceituação de *sociedade civil*, de suas formas e origem, e mesmo a própria teoria de formação do Estado foram objeto de intensas críticas já na filosofia moderna de Marx e Engels uma vez que preceituam que a dita priorização da



propriedade privada gera uma liberdade ilusória assegurando desigualdades e perpetuando exploração. Cito: “a liberdade no capitalismo é a liberdade de exploração, e não a liberdade real dos indivíduos” (MARX; ENGELS. 2007). Ainda no século XIX, os autores se preocuparam em demonstrar por meio de vertente histórica que as razões do surgimento dos Estados e conseqüentemente da *sociedade civil*, permeariam necessariamente uma análise do Estado burguês e do sistema capitalista. Distante da noção de 'pacto' pacífico, o Estado seria a resposta correspondente à necessidade de manutenção e perpetuação de valores e privilégios de classes sociais dominantes demonstrando acima de tudo que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 37). Assim, o Estado é o meio pelo qual é possível que se tome por menos violentos ou impositivos o cumprimento dos interesses das classes dominantes em subjugar as classes inferiores. Uma dinâmica que teria sempre existido, encontrando no Estado uma forma de unificação interna e assegurando a perpetuação e sua dominação tendo-a como parte do convencimento do ideário coletivo e do conjunto social. Desse modo, não há de se falar em qualquer separação entre o Estado e a sociedade. O Estado é resultado da sociedade, da luta e da relação entre classes sociais e, portanto, se encontra justificado na própria sociedade. A aparência de separação ou de distinção não é senão a forma como operam os interesses hegemônicos na busca por legitimar e reforçar a ideologia imposta, uma vez que “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante” (MARX; ENGELS. 2007). Supor que a figura do Estado teria lógica e vida próprias, ou que busque distanciar a importância do convívio e da construção social somente serve a dar continuidade a manutenção do *status quo*; justificar as diferenças e apagar as possibilidades de modificação quando indica que “a luta pelo direito é uma luta pelo reconhecimento em um sistema que essencialmente nega a igualdade” (MARX, 1984.p 73).

Como brevemente demonstrado, Marx e Engels expõem que o pensamento liberal contratualista serve a justificar a tomada de partido do Estado burguês em ascensão frente aos interesses da classe burguesa, justificada tão somente na aquisição e acúmulo de propriedade. O que antes se chamava “natureza humana”, nada mais são do que as características de destaque da sociedade burguesa capitalista; que

oculta sistematicamente a existência de uma construção, um conflito de classes pela dominação, idealizando um novo ente, um Estado, conferindo-lhe autonomia capaz de justificar o estado de coisas; retirando de cena o processo histórico de dominação e de luta de classes. Assim, “[...] não é o Estado que subsiste por meio da vontade dominante, mas o Estado que procede do modo de vida material dos indivíduos tem também a forma de uma vontade soberana” MARX; ENGELS. 2007, p. 318)

Em sua visão, Marx e Engels criticaram a colocação ideológica de um estado que é estático e necessário, a serviço da manutenção da burguesia. Os autores, ainda que conferissem enorme poder à classe civil/trabalhadora no que diz respeito à capacidade de transformar a realidade e a forma de estado, distanciaram-se da apreciação da *sociedade civil* como sendo canalizadora deste poderio. Escreve:

“Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (Marx; Engels, 2007, p. 75).”

Mais tarde, como conceitua o Gramsci, rebusca e refunda o conceito de *sociedade civil*, mantendo certo estreitamento com as críticas dos autores citados. Para o autor, a *sociedade civil* é parte indissociável, compreendendo as lutas de classes em sua totalidade, mas também como parte de um Estado ampliado. Segundo Maia, Gramsci teria enfatizado que a *sociedade civil* enquanto organização, externalização, ou ainda canalização das vontades coletivas como aceitação e concretização da dominação de classes, por meio do Estado. Em especial nos Estados capitalistas desenvolvidos, em que as diversas formas de organização e associação de interesse compõem a construção da realidade. A *sociedade civil* é, portanto, o conjunto das ideias formadas cultural e estruturalmente ao longo do tempo em uma sociedade. Especialmente quando é o Estado a incorporar e subordinar a si, o controle e a conquista do sistema democrático resultante das guerras e conflitos travados pela população (*sociedade civil*).

“Governar com o consentimento dos governados, mas com o consentimento organizado, não genérico e vago,

tal qual se afirma no instante das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente (GRAMSCI, 1995, p.45).”<sup>1</sup>

A *sociedade civil* é parte inseparável dos aparelhos privados de promoção da cultura hegemônica. A concretização e as formas de organização das visões de mundo, do agir social, dos interesses da coletividade, dos sistemas de caracteres de identificação primários da sociedade, a própria sociabilidade, passam pela *sociedade civil*. As formas de ser, de cultura, as vontades direcionadas aos interesses de hegemonia (burguesa-capitalista) afinal, “a classe que é a força dominante na *sociedade civil*, é também a força dominante na sociedade política” (GRAMSCI, 1985, p 215.). A *sociedade civil* é, por definição, em última instância, o espaço de difusão do pensamento, sendo por conseguinte lógico, o espaço de revolução da sociedade como totalidade; é nela que vemos, é dela que emergem as manifestações de reivindicação de direitos e condições tal como se vê na contemporaneidade. A *sociedade civil* ainda que assimilada pelos interesses dominantes assinala e amplia os espaços de discussão, de luta e de superação dos interesses de classes. Uma vez que “a *sociedade civil* é o terreno onde se travam as lutas ideológicas” (gramsci 1985,p 153) temos uma ambivalência em que ao mesmo tempo em que serve de terreno para a sedimentação da dominância é o espaço em que devem emergir as discordâncias.

Portanto, não são o Estado e a *sociedade civil*, opostos entre si, antes, são um duplo espaço de *regulação e transformação* tal como também aponta Souza Santos<sup>2</sup>:

“A regulação está associada ao controle e à reprodução das relações sociais, enquanto a emancipação está ligada à transformação e à libertação dessas relações, na busca por novas formas de sociabilidade mais justas.” (SANTOS, 2000, p. 35).

Há visivelmente uma bivalência entre a luta de classes em suas contradições interclasses, na busca por unidade, como também a luta entre classes na busca por reivindicação ou manutenção de espaços na *sociedade civil*; tensões essas que em seu

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

<sup>2</sup> Retomaremos o autor mais tarde.

momento próprio, alcançarão as capacidades do Estado e seu dever de regular e manter a ordem. A relação entre as categorias aqui colocadas é de constante transformação. Não como categorias estáticas e determinadas, mas como processos constantes de auto regulação. São portanto aparelhos de difusão da hegemonia e de contra-hegemonia simultaneamente, ao passo que elaboram, moldam e impõem suas vontades, criando a realidade, o estado de direito e as formas de dominação aplicadas a sua sociedade dentro e fora do Estado. Para Gramsci, não se elimina a capacidade de coerção do estado, mas dinamiza-a conforme se molda a *sociedade civil* e seus interesses.

Assim, como preceitua Santos, as possibilidades de emergência, bem como a necessidade de desfazimento de um ou outro interesses são sopesados na medida em que o Estado incorpora a sua legalidade e burocratização as forças de contra-hegemonia, as culturas emergentes que, uma vez assimiladas, passam a compor a força uniformizadora. Compondo o arcabouço legal, a ética e a força invisível de coerção da realidade.

O conflito na *sociedade civil*, interno e externo é, então, parte de sua construção, bem como garantidor de sua evolução. Não há direito sem uma *sociedade civil* que o demande. Por conseguinte lógico, é nela que se desdobram as diversas forças de ação, modificação e controle da moral e da racionalidade conforme veremos. Assim, para este trabalho, podemos definir a *sociedade civil* um ente capaz de direcionar interesses, como sinônimo de força popular organizada e direcionada.

## **CAPÍTULO 2: A DEMOCRACIA SEGUNDO ALEXIS DE TOCQUEVILLE E HARRIET MARTINEAU**

É possível que, dadas as muitas experiências vistas ao redor do mundo, existem ainda lacunas no entendimento acerca do que propõe ao falar dos conceitos de Democracia e transição de regimes. Faz-se necessário que vejamos, então, alguma conceituação própria, que nos firme alicerces antes de dar continuidade a este estudo.

Interessado no fenômeno de difusão do igualitarismo e da inevitável democratização política, o aristocrata (Tocqueville), vê com certo pessimismo o desdobramento da transição de regimes políticos na América. Após nove meses de

viagem, tendo analisado diversos aspectos da sociedade norte-americana, em especial sua economia e sistema político, ímpar no mundo; valendo-se de um método comparativo, o autor buscou sistematizar por meio dos estudos da configuração política das colônias britânicas no governo de Andrew Jackson, e do processo de transformação das associações políticas que começavam a ganhar proporção, não mais reduzidos às elites locais a maneira como essa curiosa instituição, a Democracia, viria a se comportar em diferentes territórios, historicidades e culturas. Como destaca Alcântara, Tocqueville também enxergava os desdobramentos da estrutura capitalista como parte indissociável da *sociedade civil* (aqui já compreendida como a arena social em que se desdobra a construção do interesse coletivo) de modo que, ainda que não inclinado a críticas a estrutura de classes, enxergava um certo mutualismo ao indicar que “esses dois movimentos históricos se completam e facilmente permitem a concretização dos interesses de um e de outro (Alcântara, 2003 p. 86)

Tocqueville, se propõe a entender como a *indiferença cívica*, o descaso com o compromisso democrático e o individualismo liberal afetam a construção do interesse coletivo. Assim frente a possibilidade da não participação e da transferência de decisão, "na democracia, a paixão por interesses privados pode levar à indiferença em relação ao bem comum, resultando numa apatia política que enfraquece a vida pública." (TOCQUEVILLE, 2005, p. 190). Pelo dito, o autor estava certo de que o processo democrático poderia esmaecer a “glória da nação” tendo direcionado sua obra pela necessidade de busca pela liberdade somente experimentada na escolha do agir político.

"As nações democráticas podem ser levadas a grandes empreendimentos; mas é necessário que sejam constantemente desviadas de seus interesses privados, e é raro que assim o sejam. Por isso, nas democracias, o espírito público é geralmente menos ambicioso, e a glória da nação, menos resplandecente." (TOCQUEVILLE, 2005, p. 118).

O autor previa a renúncia à liberdade na busca por um igualitarismo, pautado no gozo de valores de bem-estar individualistas, alimentando óticas economicistas, isolando politicamente o indivíduo. O autor temia que a ausência de compreensão do

interesse democrático pudesse acarretar em uma desvirtuação do objetivo democrático, desviando seu interesse na coletividade, sob o risco de se assumir o autoritarismo despótico em nome da preservação dos interesses daqueles que viriam a ser politicamente dominantes (TOCQUEVILLE, 2005 p. 118). Em razão disso, por meio de método comparativo, o autor buscava criar uma chave interpretativa que nos permitisse analisar a construção do regime político em diferentes lugares e tempos. Acerca disso, Alcântara escreve: “(...) este teórico acreditava na contingência cultural, social, histórica e política determinando o perfil obtido com a implantação dos projetos institucionais de modo geral” (Alcântara, 2003 p. 88). Assim, ainda que seu trabalho tenha tido por base a experiência americana, podemos nos valer de sua análise para buscar compreender e comparar a brasileira uma vez que sua teoria respeita a ideia de que existe certa individualização que determina o desenvolvimento do regime em cada local. A análise residirá portanto em perceber o quão próxima é a realidade do projeto político com base nos resultados que produz “fundada ou no *interesse bem compreendido* ou no *interesse mal compreendido*, em função da cultura sobre a qual seria implantado” (Alcântara, 2003 p. 93).

Aqui nos interessa especialmente o apelo à participação e construção coletiva da realidade política (*sociedade civil*). Não abrindo mão de seus interesses privados ao arbítrio de um terceiro, o Estado, sob justificativa de pacificação, mas levando-os a debate em arena pública, ali deliberando-a frente aos demais interesses da comunidade, os indivíduos são educados à compreensão de seus interesses enquanto sociedade, o chamado *interesse bem compreendido*. O autor define que "o interesse bem compreendido é aquele que leva os cidadãos a perceber que suas próprias vantagens estão ligadas ao bem da sociedade como um todo." (TOCQUEVILLE, 2005, p. 295). Desta forma, uma vez que o indivíduo reconhece como parte do interesse e da produção, sendo autor e destinatário do agir político, entende-se por conseguinte como parte da coletividade. Da participação ativa surgiria então a responsabilidade e o interesse na arena pública, dessa forma, Tocqueville acreditava ser necessário o esforço para a participação política sem o qual não seria possível que se obtivesse o sucesso da Democracia. Assim indica:

"A verdadeira sabedoria consiste em saber que o interesse individual, quando bem compreendido, coincide com o interesse geral, e que a prosperidade da nação depende da união de ambos." (TOCQUEVILLE, 2005, p. 330).

Por consequência, a indiferença e a não participação permitiria que aqueles poucos com agir voltado à política controlassem o debate de modo que pudessem criar um governo direcionado a seus próprios interesses. O que ele viria a definir como *tiranía da maioria*. O autor descreve que "em uma democracia, a maioria pode se tornar tirânica, e a opressão dos minoritários se torna uma ameaça ao próprio espírito da liberdade" (TOCQUEVILLE, 2005, p. 145). Assim, paradoxalmente, o tomar de decisões pela maioria (não necessariamente a maioria dos cidadãos, mas daqueles politicamente ativos ou organizados), pode levar a certa opressão das minorias. Uma vez que essas não se colocam ao debate ou ao agr político, acabam suscetíveis os desígnios dos demais. Tocqueville entendia que seria possível que a vontade de uma certa maioria, poderia se tornar tão dominante entre esses, que a ideia de coletividade poderia ser perdida, fazendo com que as opiniões, escolhas e interesses dos demais pudessem acabar sendo sufocados, ignorados ou até mesmo reprimidos. Um conceito que retomaremos.

Tocqueville enxerga na Democracia mais do que um sistema pautado em liberdades, uma possibilidade de superação das diferenças sociais, gerando maior igualdade entre as pessoas, uma vez que minava os privilégios da aristocracia. Essa nova organização política permitiria uma nova organização social difundindo a igualdade, a participação e os direitos, oferecendo oportunidade de participação e acabando com um sistema baseado na diferença hereditária entre os cidadãos.

"A democracia não apenas torna os homens iguais perante a lei, mas também tende a nivelar as condições sociais, abolindo antigas distinções de classe e promovendo uma maior igualdade de oportunidades." (TOCQUEVILLE, 2005, p. 198).

Aqui introduzimos o diálogo com a segunda autora. Harriet Martineau Martineau foi uma escritora, abolicionista, favorável à equiparação dos direitos das mulheres; difusora dos princípios sanitários e de medicina preventiva junto a Florence Nightingale, crítica a situação das empregadas domésticas e da pobreza na Inglaterra.

Publicou diversos textos sobre a preservação da natureza e contra a matança de animais. Escreveu ainda sobre política, economia e comércio internacional. Rodeada de grandes intelectuais como Charles Babbage, Thomas Carlyle, George Eliot, Charles Dickens, Thomas Malthus, William Wordsworth, Charlotte Brontë, Charles Lyell e Charles Darwin, serviu de inspiração a diversos como Herbert Spencer, William Summer e Lester Ward (Hill, 1991) (CAMPOS; DAFLON. 2022 P. 88). Assim como Tocqueville, viajou ao continente americano para escrever sobre a evolução do regime democrático. Apesar de estudarem um mesmo objeto com uma curta diferença de tempo<sup>3</sup>, a escritora britânica nos expande a percepção acerca das características do regime uma vez lança sua observação a outros pontos hoje cruciais ao falar de igualdade e Democracia. A observação dá enfoque ao funcionamento interno das instituições e da vida cotidiana e o que nos proporciona um olhar diferente acerca da Democracia na América do norte. Suas observações se diferenciam, em grande parte, em razão da metodologia aplicada. Como propõe em *Como Observar Morais e Costumes (How to Observe Morals and Manners, 1838)*:

"A verdadeira observação deve ser imparcial e sistemática, focada em compreender as estruturas sociais e as instituições morais, em vez de julgar com base em preconceitos ou valores pessoais." (MARTINEAU, 1989, p. 45).

Martineau se vale, portanto, de uma observação empírica direta e sistemática da vida cotidiana, buscando sempre evitar comparativos ou concepções, enquanto Tocqueville se vale de uma abordagem teórico filosófica baseada na comparação aos preceitos europeus. Martineau acreditava que "a sociedade revela sua verdadeira natureza nas interações diárias e nas rotinas comuns das pessoas, e é através dessas práticas que podemos compreender as instituições que a sustentam." (MARTINEAU, 1989, p. 102). De modo que, em matéria de organização social, seria possível entender os fenômenos sociológicos através da observação de sua representação na vida e na realidade por meio da habitualidade e naturalidade com que tal objeto se incorpora na moralidade e nos costumes. Nesse sentido, a igualdade de direitos e de condições sociais a que se referia Tocqueville como promessa democrática

---

<sup>3</sup> Alexis de Tocqueville chega a "América" em 1831 e publica a "Democracia na América em 1835", Harriet Martineau chega ao continente em 1834 e publica "Sociedade na América" em 1837.



deveria encontrar representação na realidade e no cotidiano dos cidadãos. Sendo um espelho de sua organização, era necessário que as ações cotidianas dos indivíduos fossem “verdadeiros reflexos das instituições e valores sociais que estruturam a sociedade em que vivem” (MARTINEAU, 1989, p. 75).

Com base na realidade observada, Martineau destaca dificuldades na assimilação da igualdade pregada para com a realidade, e afirma que "as instituições americanas se orgulham de sua democracia, mas há uma exclusão constante de grande parte da população de seus direitos naturais." (MARTINEAU, 1837, p. 152). A proclamação de uma igualdade em lei não foi capaz de superar a exclusão das mulheres, negros e escravizados e afirma que a promessa de igualdade estava longe de ser cumprida.

Nesse sentido, aqui é pertinente entender que, para além de qualquer texto legal, a Democracia somente pode ser aferida pela forma como se manifesta na vida daqueles que vivem, ou dizem viver, sob sua égide. A perspectiva de igualdade precisa estar presente dentro e fora da esfera doméstica. Martineau afirmou que "a vida privada e pública estão intrinsecamente ligadas, e o estudo do comportamento cotidiano oferece uma janela para as crenças e estruturas de poder da sociedade" (MARTINEAU, 1989, p. 88). Não havendo igualdade de direitos ou condições entre o senhor e seu escravo ou entre este mesmo senhor e sua esposa, não seria possível tal conceito se concretizar na esfera pública. Cito:

"A democracia americana, que se orgulha de ser o governo do povo, para o povo, falha miseravelmente em incluir as mulheres e os negros em seus princípios de liberdade e igualdade, perpetuando, assim, profundas desigualdades sociais e políticas." (MARTINEAU, 1837, p. 160).

Assim como Tocqueville, Martineau acreditava que era essencial que todos os cidadãos tivessem acesso à participação política, contudo, ele enfatizou que essa participação deveria alcançar a todos os membros “independentemente de seu gênero ou condição (...) pois é apenas por meio dessa participação que as injustiças podem ser desafiadas e a verdadeira igualdade alcançada." (MARTINEAU, 1989, p. 130).

A perspectiva de observação de Martineau nos permite entender que para além de perceber a evolução do projeto democrático através do interesse e da participação política, é necessário que se observe até que ponto a conformação desse

regime com a história e cultura local em que foi implantado os tornou capazes de superar sua hierarquia ou organização social de modo a conferir liberdade e igualdade materiais. Não se trata da busca por subverter as instituições, mas da superação das desigualdades, superando também as estruturas que nelas se baseiam. Ao que comenta:

“A autora afirma que no estudo de uma sociedade particular é preciso levar em consideração a totalidade da sociedade, incluindo suas bases econômicas, demográficas e geográficas; o ‘grau de civilização’, isto é, o grau de liberdade e igualdade entre seus membros, especialmente as mulheres; as estruturas de classe e os sistemas de valores e costumes, além do olhar para a cultura, a religião e suas consequências (CAMPOS; DAFLON. 2022, apud Hoecker-Drysdale, 2003 p.99).”

Indiscutivelmente ambos os autores aqui trabalhados conseguiram trazer perspectivas revolucionárias ao estudo da sociedade e à compreensão do sistema político que surgiria. Contudo, é necessário que, compreendendo o lugar de onde o observador se encontra e suas referências, se busque destacar as divergências e convergências do objeto desconhecido para com algum similar a que o observador possua conhecimento. Assim, percebe-se que, em distintos sentidos, vê-se que ambos os autores seguem alguma forma de comparação da experiência americana com a forma de vida europeia. Obviamente, não se trata da busca pela conformação, mas do entendimento das diferenças. Cada país teve um processo histórico e motivação específicos para a transição democrática, contemplar tais diferenças e as necessárias ressalvas, permite ao leitor uma maior compreensão da dimensão histórica, cultural e social da construção do espírito democrático, de seu “nascimento” aos dias atuais.

O uso dos trabalhos de análise da Democracia norte-americana serve então para perceber o processo de amadurecimento, tanto da Democracia brasileira. Como apontado, ainda que tenha nos oferecido uma grande ferramenta de estudo, Tocqueville peca ao não incorporar caracteres importantes como a pobreza nas cidades, ao passo em que afirma ser mais fácil se efetivar a Democracia em menores nações onde as fortunas são mais moderadas; ou mesmo a escravidão, conflitantes à ideologia liberal, atropelando-a na defesa de uma Democracia de “igualdade de condições” (TOCQUEVILLE, 2010, p. 85). É obvio que, como já destacado, o processo

colonizatório bem como as condições econômicas são características de extrema importância para que possamos lançar mão dos conceitos apresentados com suficiente precisão, especialmente quando se pretende analisar casos tão particulares como os países da América Latina e do Sul. Destarte, por mais rica e assertiva que possa parecer sua teoria, especialmente no que diz respeito ao perigo da maioria e a espreita do despotismo, conforme se viu na formação dos governos fascistas e autoritários na Europa, não basta conhecer a simples operação do mecanismo de manutenção da liberdade e virtude cívica, é necessário conhecer as engrenagens que o compõe. Para entender o funcionamento de regimes de governo atuais, é necessário se pensar a forma pela qual se origina e se organizam as estruturas de poder, ou seja, como se dá a consolidação da organização estatal, e como se manifesta seu poder os agentes que dele têm domínio. Ainda que ambos tenham por objeto o estudo da construção do regime democrático como conhecemos, enquanto pode-se perceber certa insatisfação por parte do aristocrata francês, talvez pelo vislumbre da iminente extinção de seus privilégios e da vida tal como conhecia, este se atentou a destacar as problemáticas propriamente políticas da transferência do poder de governo à população, qualquer que fosse esta. Enquanto Tocqueville escreve sobre a indiferença cívica daqueles com acesso a participação ao passo em que temia que a grande adesão política pudesse causar uma tirania capaz de suprimir direitos, Martineau estava preocupada com a dificuldade de se garantir a oportunidade de participação e o processo de exclusão que se desdobrava para além do discurso da igualdade e liberdade. Seu estudo nos coloca os desafios de garantir a concretização dos direitos.

Ciente de seu lugar na sociedade e da necessidade de contemplar seu horizonte quando da produção de seus estudos, Martineau dedicou especial atenção a entender os papéis de gênero e os direitos das mulheres nessa nova forma de organização da sociedade. Seu trabalho contém alertas tanto à necessidade de emancipação da mulher quanto da dificuldade que se sucederia para os interesses dessas alcançarem real representatividade ou força política. Para além, criticava o discurso de igualdade e questionava como seria possível se falar em liberdade em uma sociedade escravagista em que tantos viviam em servidão. Se às mulheres libertas não se oferecia a participação democrática, aos escravos não se ofereciam sequer o direito

sobre si mesmos. Que liberdade e que segurança poderia proclamar "o povo" se este ainda era escravo, se seus pais, filhos e irmãos eram tratados como propriedade? A distinção das pessoas pela pele era tida por ela como uma enorme ofensa aos princípios e ao espírito da constituição americana. Martineau acreditava que a participação ativa das pessoas na política derivaria da expansão da Democracia como um projeto de educação da sociedade. O desligamento, a apatia e a indiferença seriam ou deveriam ser combatidos com a propagação de informações, construindo o debate político como parte da cultura da sociedade. Somente um cidadão com acesso a educação em aspectos políticos, sociais e culturais pode se interessar pela Democracia.

Destaque à atenção da autora e do autor a como a moralidade da *sociedade civil* parecia se ligar cada vez mais aos princípios religiosos, o que poderia orientar uma ética pautada em um senso comum da época e capaz de igualar os costumes. Contudo, não deveria ser a religião uma limitadora do comportamento ético, de modo que era necessário que houvesse alguma razão para balizar o comportamento a fim de que a moralidade refletisse a realidade do convívio em sociedade. Como escreveu Martineau:

"A moralidade é, em grande parte, um produto da religião; mas a religião deve ser considerada em sua relação com a moralidade, não como um mero sistema de dogmas, mas como um guia para a vida prática." (martineau. 1837 p. )

Como demonstrado, existe uma distância entre o *projeto democrático* e a igualdade material, não seria possível simplesmente acrescentar a esta equação uma moralidade pautada na tradição de subordinação pela fé. Afinal, à medida que se estreitam os laços entre religião e política, questionar política é questionar a religião. A aproximação da fé balizando o comportamento e os costumes, se ausente de racionalidade, cria oportunidade a discursos não democráticos, tais como os que serviam a justificar a escravidão. O que, diferente de expressar a evolução e o potencial transformador da Democracia, poderia significar tão somente a regressão em direção ao retorno do poder divino como orientador do Estado.

### **CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE DOMINAÇÃO E SUA PARTICIPAÇÃO NO IDEÁRIO SOCIAL**

Há diversas estruturas de controle ou de dominação que incidem, por vezes de forma hifenizada, sobre a construção da realidade e da participação social de um indivíduo. Todos os integrantes de uma sociedade são em algum momento instruídos ou advertidos sobre como se comportar. Émile Durkheim, ainda no século XIX, estabelece o entendimento de que não são os indivíduos ou seu conjunto que estabelecem o arranjo ou a moralidade na qual se dará a experiência social, mas o acúmulo de experiências sociais anteriores e a *consciência coletiva* criada a partir dessas que no decorrer do tempo e desenvolver de determinada comunidade, se desprende da coletividade, transcendendo-a, de modo a ser capaz de controlar o agir daqueles que estão inseridos naquele contexto de convivência. Desse modo, as instituições, quaisquer que sejam, interessadas em manter harmônicas as experiências imanentes, incorporam a moralidade desse Ser criado, destinam-se a garantir a perpetuação da ordem existente. Assim, ao acatar o poder regulador das instituições sociais, o indivíduo incorpora também a moralidade da Sociedade; de modo que seus atos passam a ser limitados pela própria ordem; daí nasce o ato social, ou *fato social* "(...) maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo e que exercem sobre ele uma coerção." (DURKHEIM, 2008, p. XX). Poderíamos dizer que quando desempenhamos nossos papéis, cidadão, filho, marido, pai, enfim, todos esses papéis são definidos de forma externa a nós mesmos. Eu os recebo e os exerço como cumprimento desse compromisso que foi firmado para com a ordem e um estado de coisas no qual estamos inseridos. Nesse sentido, ao meio, através da imposição do *fato social*, coordena e regula a moralidade, os costumes e define as linhas de comportamento e pensamento. Veja, esse conceito está intimamente ligado ao que aqui construímos como ente canalizador do interesse coletivo. Assim surgem as formulações morais, os dogmas, as elaborações jurídicas e demais norteadores da sociedade.

Para este trabalho nos interessa que se perceba e se mantenha como igualmente válidas a busca pelo avanço social que nos distancie da desordem, a *sociedade civil* enquanto canal coletivo desta demanda, bem como que as intensas lutas e interesses de classes estão presentes internamente. Especialmente com a

transição evolutiva dos regimes de governo, a *sociedade civil*, composta por todos os homens em diferentes níveis de produção, acesso e consumo de bens materiais e culturais, naturalmente encontra embates sistemáticos acerca dos interesses individuais e, por conseguinte, a formação de um ideário ou interesse coletivo por demandas cada vez mais plurais necessariamente precisa emergir do encontro, nem sempre harmônico, das diferentes possibilidades e realidades. Com isso percebemos que mesmo uma sociedade de papéis bem definidos não pode ser estanque quanto aos mesmos, uma vez que sua ordem decorre do acúmulo de vivências, novas experiências podem significar o aumento dos critérios pelos quais se definem os papéis. Tem-se que este mesmo *fato social* capaz de normatizar o comportamento pode ser o subterfúgio a sua crítica<sup>4</sup>. Veja, uma sociedade que se diz por princípios e imposição socialmente justa, quando frente a uma nova forma de injustiça precisará encontrar formas de superá-la. Santos descreve a realidade como uma estrutura “dialética” entre tensões de manutenção e superação da ordem. (SANTOS, 2000, p. 43). Fato é que, independentemente da presença de diversas exigências, é na *sociedade civil* enquanto transformador do Estado, ainda que submetido ao mesmo, que se constrói a realidade. Diversas são as forças e formas pelas quais emergem tais revoluções. Indiscutivelmente, em sociedades adeptas da Democracia, o poder da *sociedade civil* constantemente é o poder de ditar a realidade.

Essa lógica se incorpora portanto ao senso comum na *sociedade civil*, e, como aponta Santos, encontrando na sociedade o conflito entre dois grandes pilares, regulação e emancipação, a chave para a análise da evolução da realidade e moralidade da sociedade. Sua teoria maximiza o entendimento sobre os caracteres envolvidos no mecanismo de supressão de realidades e ideologias a fim da manutenção do *status quo*. Cito:

"A evolução das sociedades modernas pode ser vista como uma tensão constante entre duas lógicas fundamentais: a lógica de regulação, que visa a reprodução das estruturas sociais existentes, e a lógica de emancipação, que visa a sua transformação." (SANTOS, 2002, p. 74).

---

<sup>4</sup> A ideia de ser um bom marido ou pai certamente não encontra as mesmas atribuições em 1900 e 2000.

Pensando essa estrutura, a dominação não se dá pela necessidade, aplicação prática ou mesmo pela compatibilidade com a realidade, mas porque o antagonismo entre aqueles que disputam o poder permite com que o vencedor, qualquer que seja o critério à resolução da disputa, possa ditar as características pelas quais se verá seu oponente. Como vimos anteriormente, o comportamento de uma sociedade é o comportamento da classe que a domina. Capaz de conferir um estereótipo ao vencido, o dominante é capaz de se estruturar a repetição de sua vitória ao criar os critérios pelos quais se dará o combate. O que é, só o é, porque se estrutura para ser. Assim se dá, também, a incorporação das realidades sociais.

Cientes de que a ordem social é criada em sentido a preservar uma ideologia específica, por diversas vezes ela se mostra incapaz de explicar a realidade. Assim, quando emerge uma nova forma de sociabilidade, a óptica hegemônica é capaz de incorporá-la antes que lhe seja capaz de gerar oposição, ou suprimi-la atribuindo-lhe características socialmente recusáveis. Contudo, ainda que ausentes do debate e da construção do projeto social, essas novas formas de experimentação do mundo não desaparecem, ao contrário, não raras as vezes acabam por se propagar independente de sua aceitação, uma vez que sua incorporação faz com que se ignore suas raízes, podendo inclusive reforçá-las. O que se depreende é que a emergência de realidades e sua regulação (positiva ou negativa), ainda que signifique sua incorporação ao sistema já vigente, não é equivalente à sua assimilação cultural, ou a superação da moralidade social. Em outras palavras, não significa passar a participar do imaginário ou das significações da realidade.

Há que se destacar uma interseção entre as teorias aqui apresentadas de forma que são complementares ao entendimento, não havendo de se optar por qualquer uma, antes, tais formas e modos de interpretação dos fenômenos da realidade social valem-se, diversas vezes, de outros mecanismos como acessórios para a construção da dominação e imposição da lógica social hegemônica.

### **WEBER E O DILEMA DE CANUDOS**

Ao longo dos anos, diversos autores se propuseram a estudar e analisar alguns desses fenômenos de revoltas populares, ou de intensa participação popular

como forma de assimilar a pungência desse motor social transformador, como parte da construção política e histórica do Brasil. O mesmo esforço aqui empenhado. Várias foram as tentativas e métodos de compreender e assimilar as características e a capacidade de levante de massas, de mobilização e manutenção dessas forças revolucionárias, bem como sua capacidade de garantir a participação ativa e comprometimento de seus envolvidos.

A exemplo, o jornalista e escritor Euclides da Cunha, escreve, em 1902, “Os Sertões: Campanha de Canudos”, visando expandir o debate a compreensão acerca dos fatores determinantes à referida Guerra de Canudos (1896/1897), que fora sem dúvida um dos grandes marcos históricos do movimento civil brasileiro e uma clara visão da capacidade de levante democrático, bem como da capacidade de repressão das forças hegemônicas, ali, a República. Ao descrever os eventos e as investidas do exército republicano ao pequeno acampamento no interior da Bahia, uma batalha que durou quase um ano de acirrados combates, Cunha sinaliza o embate que se tornaria uma tragédia e cuja memória seria para sempre atrelada a fundação do Brasil republicano. O autor aponta a forte repressão como desproporcional: “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada (CUNHA. 2009: p. 475).” Cunha se detém a analisar não somente o evento e o combate, mas também os ideários, a figura de Conselheiro e o comprometimento dos fiéis. Por que razão este levante popular alcançaria tamanha relevância? Quais eram os fatores determinantes capazes de manter fiéis os seguidores do autoproclamado profeta Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel) a ponto de darem-se ao massacre? O que justificaria tamanho empenho de controle por parte da República? Que diferente racionalidade seria essa? Questões cruciais não só ao entendimento da guerra travada, mas também à análise de diversas manifestações e levantes da atual *sociedade civil* brasileira.

Como aponta o autor, havia a plena convicção de que o levante popular, (com uso de diferente racionalidade que se recusava a se submeter a autoridade do estado) era uma ameaça direta à manutenção e existência da sociedade como um todo.

“Para o governo brasileiro e o público político, ainda rudimentar na virada do século XX, de leitores de jornais, em Canudos, nada



menos “estava em jogo [...] [do que] a sorte da República” (CUNHA, 2009: 313).”

Em sua tentativa de interpretação do que hoje chamamos de dominação e liderança política do Conselheiro de Canudos, Euclides da Cunha aponta que o movimento tem traços que variam entre o heroísmo e a loucura, com grande participação da fé religiosa na pessoa de Antônio Conselheiro. A fé nas características messiânicas atribuídas ao líder do movimento era determinante para o comprometimento dos seguidores. Cunha chega a pontuar que a guerra ali se travava um embate entre a tentativa de permanência do pensamento religioso e a modernidade. Positivista, como próprio de seu tempo, indica haver um conflito entre o otimismo progressista e a racionalidade positivista. Hoje, se sabe que tais critérios não são suficientes para dar cabo à interpretação dos fatos ali vividos. Claramente, o cronista se vê limitado e frustrado por não dispor dos mecanismos necessários para compreensão da atuação e aplicação de componentes devocionais à liderança. Euclides da Cunha não logrou sucesso em sua análise, tendo por ainda indefinidos os fatores motivadores e determinantes. Como pontua Maurizio Bach, faltava-lhe a instrumentalidade, as ferramentas de análise necessárias. Faltava-lhe a sociologia weberiana para explicar fenômenos sociais de oposição à normalidade e ao cotidiano, de forma ordenada e duradoura.

Dispondo hoje do que faltava a Euclides da Cunha, e tendo por base os diversos conceitos aqui trazidos para construção do terreno interpretativo, o presente trabalho pretende fazer uma leitura dos recentes eventos históricos e políticos do Brasil contemporâneo, em específicos, aspectos da ascensão do messianismo bolsonarista, buscando elucidar e entender as estruturas que permeiam sua dominação, bem como suas principais características de alimento e validação.

Neste propósito, devidamente conceituados os fatores de análise, lançaremos mão do pensamento Weberiano, uma vez que se pretende a compreensão das operações organizacionais de estruturação, compreendida no discurso acerca do poder e das formas de dominação, um dos destaques da obra do referido autor. Deste modo, trata-se da tentativa de elucidação das formas de operação, manutenção e ressignificação do poder, brevemente caracterizado pela capacidade de um indivíduo

de projetar suas vontades sobre outrem, associada à probabilidade de produção de efeitos, colocando em voga a disposição à obediência.

Seguindo, como um dos grandes precursores da Sociologia, Max Weber se direciona a estudar as grandes organizações de controle e centralização de poder, tal como a estrutura do capitalismo, o Estado e a religião; uma vez que concentram capacidade de produzir e direcionar interesses econômicos, diretrizes políticas e estabelecer autoridade. Como pontua Alcântara, para Max Weber importa entender se a “(...) ordem é compatível com o programa político e/ou econômico que se busca implantar” (ALCÂNTARA, 2017. p.163), contudo, é necessário manter em mente que o autor direcionou sua busca por tal entendimento a partir da compreensão da *ação social*, ou seja toda a ação do indivíduo com direcionamento a relação com o outro. Assim, entendendo as dinâmicas da relação social é possível entender a estruturação de hierarquias e do controle e manutenção dessas na estrutura institucionalizada, a ordem social e a forma como se assenta a legitimidade do poder de comando, *dominação*, traduzida como pré-disposição, sem resistência, à obediência.

Para explicar o autor demonstra que a atitude do indivíduo se divide em *ação social* e *ação não social*. A primeira se subdivide em quatro categorias, “(...) *ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional*” (WEBER, 2004, p. 27). Dado ao seu direcionamento, são justamente essas que se desdobram nas formas de dominação que veremos. Enquanto a segunda se divide em duas, *ação homogênea*, aquela que ocorre simultaneamente com vários indivíduos e *ação imitativa* quando um ou mais agem somente por replicar o comportamento de um dos integrantes do grupo (ALCÂNTARA. 2017, p.167 e 168). Partindo à construção do terreno conceitual sobre o qual se desdobrará a crítica, retomamos à tipificação tríade apresentada por Max Weber em *Economia e sociedade*, definindo em *tradicional, racional-legal e carismática*, as formas de dominação, atribuindo-lhes tipos específicos de condutores de ação, tradição, racionalidade e afetividade, respectivamente.

Quanto à primeira delas, a *Dominação Tradicional*, explicando o autor Alcântara pontua que seria não seria decorrente de um processo de racionalidade, “(...)pautando-se apenas nos costumes e rotinas pré-estabelecidos” (ALCÂNTARA.

2017, p 172) e projeta-se pela solidez e estabilidade, uma vez que a partir da seleção de caracteres mais ou menos genéricos, isto é, específicos na criação de seus requisitos, mas aberto quanto à figura em si, possibilitando a assunção simultânea das figuras de poder, bem como a transferência para perpetuação deste poder. Max escreve que esta forma de dominação "(...) se baseia na crença na santidade das tradições e no direito de quem as detém a exercer autoridade." (WEBER, 2004, p. 45). Esta configuração confere efetividade a uma hierarquização, pautada tão somente pela atribuição e escalonamento de atributos de "dignidade", e distribuição respectiva de "privilégios" que se perpetuam no tempo sem necessidade de justificação fora da própria organização social. A autoridade, aqui, não é senão a tradição de atribuir a determinado grupo, a capacidade de ordenar politicamente as diretrizes da comunidade sendo irrelevante qualquer normatização ou legalidade que as regulamente; consolidando a dominação na presunção de dever ou obediência ao que estabelecem.

Friso que as conceituações que se seguem acerca das formas de *dominação racional-legal* e *carismática*, nos são especialmente caras, em destaque a carismática, ponto crucial deste trabalho. A Dominação racional-legal, decorreria diretamente da *ação com relação a fins* e "(...) fundamenta-se num cálculo racional que projeta sua ação em função dos meios necessários para alcançar um dado objetivo (ALCÂNTARA. 2017, p 172). Marcada por forte apelo racional e de caráter estável, visto que encontra em si própria as formas de manutenção e permanência. Também chamada burocrática, tem na legalidade e na hierarquização funcional suas principais formas de externalização. Com uma estrutura composta pela concatenação racional das atribuições, criando a noção de competência, garantido especificidade em suas atividades e procedimentos, bem como o apelo à formalidade e documentação de sua ordem. Assim, sua dominação se manifesta não no indivíduo que comanda ou no próprio comando, mas na norma institucionalmente válida que estabelece o dever. Mostra-se como mais compatível com a racionalidade científica e com a ordem democrática do estado de direito, sendo incorporada ao procedimento legislativo. Cito:

"A dominação racional-legal é caracterizada pela crença na legalidade de ordens e na autoridade dos que emitem as ordens, com a aplicação de regras fixas e a organização burocrática." (WEBER, 2004, p. 42).

Na *dominação carismática* é possível notar certo acirramento sobre a figura de dominante, exigindo personalidade e maior especificidade. Próprio de relações religiosas, mas não limitado a elas, o carisma está intimamente ligado à crença, à confiança e significação de valores. Max Weber destaca o caráter de tensão entre as forças de racionalização e desracionalização da vida. Alcântara explica que esta forma de dominação estaria, ou deveria estar, ausente no mundo ocidental racionalizado uma vez que teríamos a prevalência processos de burocratização e mais políticos profissionalizados, ao invés de políticos por vocação<sup>5</sup> (ALCÂNTARA. 2017, p 173). Um processo dialético em que carisma e racionalidade criam uma polaridade entre si. De modo que seria necessário uma outra forma de se interpretar essas tendências. A separação entre a dominação puramente carismática de seu seio mágico-religioso, teológico e dogmático, permitiu que se conferisse ao que antes despontava como irracional e singular, um caráter de sólido, transformando o extracotidiano em tipo conceitual e teórico próprio. Assim, as forças afetivas não racionais que rompiam com a tradição, e a estrutura cotidiana podem ser interpretadas sistematicamente.

Os conceitos até aqui apresentados quando entendida como uma chave de interpretação sociológica, e não meras descrições conformativas permitem compreender movimentos históricos e ideológicos de caráter social que rompem abruptamente com a racionalidade, subvertendo e suspendendo os valores vigentes ( sejam eles institucionais ou sociais) através da atribuição de personificação à nova ordem desejada. Como veremos, a autoridade é construída e suportada pela relação de devoção em algum modo afetiva, a figura do dominador se constroi pela identificação pessoal e subjetiva com os caracteres presentes em sua discursividade, elevando-o ao posto de “herói”, demagogo, profeta ou atribuindo-lhe a personificação de uma causa. Pela validação ou difusão de suas crenças, o poder carismático confere ao líder a capacidade de instituir comandos e, em mesmo sentido, confere aos crentes o dever de obediência.

A esta altura são importantes duas observações. A primeira, que partindo da personificação ideológica, esta forma de dominação é característica de grandes líderes políticos, fazendo-se presente na maior parte dos movimentos de massa na história do

---

<sup>5</sup> Em “WEBER, Max. *A política como vocação*.” o autor indica que a política por vocação vem acompanhada de maior dedicação, não por estrito cumprimento do dever mas por paixão. “

mundo. Em segundo, que estando atrelada a um propósito, é comum que se faça presente quando as estruturas ou instituições apresentam incongruências, estejam ameaçadas ou deixem de se mostrar suficientes. Diferente das demais, a dominação carismática é capaz de destituir o passado, sendo essencialmente revolucionária:

“O carisma é a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição [...] O carisma destrói [...] em suas formas de manifestação mais sublimes regra e tradição e inverte todos os conceitos sacrais. Ao invés da piedade em relação àquilo que é, desde sempre, considerado comum, e por isso sacral, ele força a sujeição interna sob aquilo que nunca antes existiu, sob o absolutamente singular, e por isso divino. Nesse sentido puramente empírico e neutro, é, porém, o poder especificamente criativo e revolucionário da história (Weber, 2002: 246)”

Desses dois atributos, é perceptível que esta forma de poder/dominação tem alta capacidade de revolução por sua oposição ao cotidiano e até então duradouro, servindo como chave de emancipação da ordem vigente. Há na dominação carismática uma força essencialmente criativa, que busca sempre descolar-se da nacionalidade normativa para dar novos rumos interpretativos às experimentações da vida. Uma nova religião, uma nova ordem política (como se verá), uma nova forma de vida (a exemplo de Canudos), um novo sistema ético. De fato, o líder carismático, como seria próprio de movimentos religiosos, é capaz de ditar novas categorias de pensamento. Max Weber ilustra que os processos carismáticos funcionam como agulhas de ferrovia, que, quando movimentados, alteram o curso dos fatos.

A criação de uma comunidade, de um senso de identificação, bem como de uma salvação a se atribuir a este líder carismático, passa, inevitavelmente, pela oposição ao que se pretende superar. A figura da dualidade entre o “eu” e o “outro”. Assim, a dominação carismática cria critérios de necessidade quando se alimenta da ameaça de sujeição ao “outro”. Nesse sentido, sua necessidade de suplantar a coletividade serve para reforçar a dominação, ainda que este seja, até o momento, um grupo minoritário. A criação de um inimigo a ser combatido e a reiteração de sua existência, ou da necessidade de sua superação, permite e serve a justificar a dissolução de outras estruturas estruturar e ordens quaisquer. Sob pretexto da salvação, é possível subverter a lógica, valores, direitos ou mesmo a própria estrutura burocrática. Indifere aqui, se em algum momento o indivíduo foi tocado, beneficiado,

participante ou assistido por qualquer dessas estruturas, ainda que legais-burocráticas. Importa, tão somente a superação do inimigo, a salvação da comunidade e a propagação da lógica carismática. Consciente ou inconscientemente, a constante aparição ou personalização da figura carismática e reprodução de suas ideias e fé, serve para garantir a manutenção de sua posição de liderança, ao invés de dissipar-se no aparato racionalizante em que se assenta a sociedade.

A fé, intimamente ligada à confiança incondicional no que não parece obvio, ou imediato; confere ao líder carismático, que personifica essa nova ordem desejada, caracteres mágicos, faculdades ou intelecto sobre-humano. Nesse sentido, seu domínio se estende, livre de qualquer restrição, até os limites de sua “causa”, “missão” ou qualquer que seja o termo à sua proposta. Isso, ainda que a manutenção dos dotes do líder dificilmente consiga se manter conciliados e estáveis frente às exigências da racionalidade científica que perpetua externa à comunidade de seguidores. Contudo, a mera repetição não seria suficiente a suplantiar as falhas e rachaduras no agir ou mesmo o processo natural de dissipação do poder carismático (o que ocorre quando entrar em contato com o que chama de “*os poderes do cotidiano*”), é necessário criar um mecanismo de inteligibilidade das características que se pretende transmitir aos dominados. É necessário racionalizar a própria lógica do líder carismático a fim de garantir a manutenção de seu louvor. É necessário, portanto, para que se estenda seu poder, que o dominador seja capaz de explicar, dentro de sua lógica, e em sentido de manutenção da necessidade de permanência desta, as atitudes e consequências de sua dominação nas esferas do cotidiano. É necessário superar a cotidianização.

Cumpra pontuar que, em se tratando do manuseio de experiências históricas, especialmente direcionadas ao ocidente, as dominações de Max Weber, assim como os apontamentos de Tocqueville, despontam de um recorte temporal que necessita ser superado para que sejam viáveis a análise de instituições já consolidadas ou emergentes na contemporaneidade. Assim, valendo-nos da criação do próprio autor, tomemos a abordagem de suas dominações como “tipos-ideais” de modo que não constituem um meio próprio, mas um recurso metodológico de sistematização dos elementos da realidade. Ademais, como é próprio aos escritos Weberianos, por vezes se percebe certa desconexão entre o uso de seus termos, em parte pela tradução, em

parte pela ausência de sistematicidade ou unidade de sua obra, passível de se atribuir ao fato de que muitas de suas publicações foram póstumas, incluindo materiais inacabados, o que limita a compreensão de sua teoria em totalidade.

Em tela, a busca por narrar com certa riqueza a transição entre as formas de poder e seus caracteres de dominação, sua aplicação à regulação de questões sociais ou na forma de incorporação ou criação de “direito”, conforme o objeto de análise; faz-se necessário enfatizar se tratar de tipos-ideais devendo ser tidos como metodologia de análise. Destarte, desviando da pura tentativa de adequação, os fenômenos de manifestação de poder são melhores compreendidos quando dispostos em plano, tendo como delimitador de seu espectro os múltiplos processos de racionalização à legalidade. Assim, em algum momento, a transição entre o mero dizer do soberano, a alucinação divina e sua formalização mágica, e a burocratização do direito moderno, perpassam a aceitação do dito, a necessidade de justificação, ainda que irracional, e a busca pela cognição de categorias do agir social, e sua capacidade de sobreviver às pressões do cotidiano (necessidades econômicas).

#### **CAPÍTULO 4: SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA, DA REPÚBLICA A REDEMOCRATIZAÇÃO**

Como já visto, em algum ponto a legitimação pela força deixa de ser suficiente para explicar o controle do estado e nota-se maior complexidade nessa relação. As justificativas de legitimação Estado deixam de ser suficientes para compreender as potências de controle da ordem e passa a ser necessário que se busque outras formas de compreender a estrutura da sociedade e suas organizações. Os movimentos da *sociedade civil*, sejam eles de repercussão espontânea ou programada, emancipadores ou reguladores sempre despertam o debate acerca de suas formas e características. No Brasil, a busca pela compreensão e pela interpretação dos movimentos e raízes da *sociedade civil* enquanto agente propulsor com capacidade de oposição e como agente transformador político e social, segue sendo objeto de debate entre diversos estudiosos. Tomando por válida a interpretação até aqui construída de que: criada uma dominação imanente da formação ou imposição de um ente estatal, ainda que colonizador, surge uma sociedade política, e, em sua

contrapartida necessária, nasce também uma força de oposição e balanço, a *sociedade civil*. Considerando a existência recorrente de revoltas, guerras, oposição à tentativa de supressão dos interesses individuais, partilhados por determinados grupos, e suas tentativas de oposição, podemos interpretar que a vivência e história do Brasil, desde sua colônia, é marcada por uma forte presença de uma *sociedade civil* bastante latente.

Uma vez que entendida como presente no cerne das lutas e relações sociais, adentrando-se na organização das instituições sociais, a dissertação acerca do poder, aqui direcionada à racionalização da atividade política, esbarramos na visionária concepção Tocquevilliana acerca dos perigos da dissolução da prática política nas democracias puramente representativas; para tanto, destaca-se o uso dos apontamentos acerca do fulgor despótico que circunda o ocidente, tomando por aceitas suas concepções de fragilidade da Democracia friso à Democracia brasileira, galgando, então, formas de análise do populismo brasileiro.

Tal tentativa de compreensão das pulsões e revoltas dessa força popular circundam a compreensão de grandes marcos da história brasileira. As insurreições contra o Estado e o poder dominante marcaram inúmeros movimentos de Inconfidência, conjurações, separatismos, guerras e revoltas ao longo dos primeiros séculos da Civilização brasileira. As constantes guerras e o ostento de poderio militar massivo, ainda que eficientes na contenção de revoltas, eram ineficazes em apagar o espírito libertário e o ímpeto revolucionário das massas. Com lapsos temporais cada vez menores, era visível que O poder social se via cada vez mais minado enquanto a força civil de alastrava cada vez mais sobre o território brasileiro<sup>6</sup>. Como por exemplo Revolta do sal- santos (1710), motins do Maneta (1717), revolta de Felipe dos Santos (1720), conspiração de curvelo (1760/1776), inconfidência mineira (1794), conjuração baiana (1798), revolução pernambucana (1817), revolução liberal em (1821), independência da Bahia (1821), culminando na guerra de independência do brasil em 1822. Além de tensões de rejeição da ordem vigente e ímpeto de superação que não se apagaram com a nova república, pelo contrário, se acenderam pelo próximo século, como o Revoltas de soldados contra a República, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Santa

---

<sup>6</sup> DOS, C. Lista de lutas e rebeliões no Brasil – Wikipédia, a enciclopédia livre . Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_lutas\\_e\\_rebeli%C3%B5es\\_no\\_Brasil#:~:text=Revolta%20da%20Cibata%20%2D%20revolta%20militar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_lutas_e_rebeli%C3%B5es_no_Brasil#:~:text=Revolta%20da%20Cibata%20%2D%20revolta%20militar)>.



Catarina (1889), Golpe de Três de Novembro - fechamento do Congresso pelo Exército a mando do presidente (1891), Primeira Revolta da Armada - reação militar ao golpe de Deodoro (1891), Levante deodorista da Fortaleza de Santa Cruz - revolta militar (1892), Primeira revolta de Boa Vista - conflito político, Goiás (1892). Bombardeio de Porto Alegre pela canhoneira Marajó - repercussão militar do conflito político no Rio Grande do Sul (1892). Revolta de Triunfo - conflito político, Pernambuco (1892–1893). Conflitos pelo governo de Mato Grosso - conflitos políticos/coronelísticos (1892, 1899, 1901, 1916). Revolução Federalista - guerra civil, Rio Grande do Sul (1893-1895), Segunda Revolta da Armada - revolta militar, Rio de Janeiro (1893-1894). República de Cunani - insurreição popular-separatista, Amapá (1895-1900). Guerra de Canudos - insurreição popular-messiânica, Bahia (1896-1897). Obviamente que o aprofundamento das relações dentro da organização do Estado sedimenta e cria diversos setores a esse conceito, mas todos esses exemplos são, em alguma medida, exemplificações da capacidade de mobilização do que aqui nomeamos *sociedade civil*.

Ao longo dos anos, diversos autores se propuseram a estudar e analisar alguns desses fenômenos de revoltas populares, ou de intensa participação popular como forma de assimilar a pungência desse motor social transformador, como parte da construção política e histórica do Brasil. Várias foram as tentativas e métodos de compreender e assimilar as características e a capacidade de levante de massas, de mobilização e manutenção dessas forças revolucionárias, bem como sua capacidade de garantir a participação ativa e comprometimento de seus envolvidos. Apesar de por vezes não terem alcançado êxito, esses movimentos recorrentes mantêm vivo no imaginário coletivo a ideia da capacidade de revolução e organização da *sociedade civil*, enquanto agente autônomo de promotor de mudanças e objeto de debate. Antes de seguirmos a análise faz-se necessário, que revisemos as configurações do sistema político atual e sua construção, especialmente porque o sistema como conhecemos é em alguma medida, permeado pela conquista de insurgência popular. Posteriormente, nos colocaremos a entender o *modus operandi* das categorias de controle que permearam e ainda permeiam os esse agente do coletivo. A fim de que crie-se um patamar sólido ao debate que se segue, passaremos ainda pela percepção das categorias metodológicas de compreensão da dominação e seus mecanismos de

ordem. Culminando em uma análise do governo de Jair Messias Bolsonaro, em sentido de rompimento com o aparente estado de coisas, tornando possível sua transposição a uma ideologia avessa à própria Democracia.

Em breve recordação, desde a Constituição Federal de 1891, o Brasil adota um sistema presidencialista e pluripartidário em que o presidente, chefe do poder Executivo é a autoridade máxima do país, o que foi mantido na Constituição de 1988 (conhecida como a constituição cidadã devido a ampla participação dos setores sociais quando de sua elaboração) e confirmado via plebiscito em 1993. Nesse sistema pluripartidário, a presidência da república acumula atribuições de chefia de Estado e de governo, devendo escolher o corpo de ministros que assumirão cada uma das pastas (ministérios) e auxiliaram na execução no plano de governo eleito. Executivo, Legislativo e Judiciário funcionam de modo independente, em atenção ao diploma legal que delimita suas competências, conceito próprio da dominação burocrática, como já visto. Assim, em se tratando de uma Democracia representativa, foi atribuído ao Legislativo o dever de incorporar e manifestar os interesses de seus eleitores, sendo-lhe privativa a elaboração da normatividade legal, enquanto ao Executivo cumpre a coordenação das diretrizes ao desenvolvimento do país. Em razão da necessidade de voto para aprovação de pautas, surge o chamado *presidencialismo de coalizão*, ou seja, cabe ao Presidente tanto, criar alianças e alinhamentos de interesses dentro das casas legislativas, a fim de somar suficientes votos para que sejam priorizadas e aprovadas suas propostas.

O processo de redemocratização brasileira, pode facilmente ser atribuído, em certa medida, à resistência e resiliência de parte da *sociedade civil* que se recusava a se manter em um regime militar exigindo o retorno ao sistema representativo. Contudo está longe de ser uma unanimidade, no esforço futuro de entender o bolsonarismo, é necessário destacar outros fatores de certo não positivos também são característicos à *sociedade civil* brasileira, especialmente no que se refere a seu passado autoritário. Reis evidencia a necessidade de sua dificuldade em absorver o que chama de *ditaduras modernizantes* que fundam uma relação complexa com a sociedade. Dois marcos na história do Brasil caracterizados pela assimilação coletiva de um enorme avanço ao social-liberalismo ao longo do século XX – o estado novo

(1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1979). O autor traça a existência de um equívoco na interpretação de tais eventos, uma vez, não podem ser reduzidos a uma imposição hierárquica, de modo que tais períodos não foram única e exclusivamente pelas elites, e não se justificaram tão somente pela repressão do Estado, “(...) porém, segundo as conjunturas, construíram relações de aceitação, de indiferença, de neutralidade ou de apoio ativo e ostensivo com numerosos segmentos sociais” tendo encontrado concordância em diversas outras classes da sociedade, ao que lista “empresariado, forças armadas, burocracia civil estatal, intelectuais, classes médias e segmentos populares” (REIS, 2020 p.5). Nesse sentido, não basta simplesmente tecer críticas ao autoritarismo reiterado na história brasileira. É preciso observar a existência de uma tendência mundial “(..) que passou a subverter e a transformar, em profundidade, e em uma velocidade inaudita, a sociedade, a cultura, a política, a economia e os valores prevalecentes até então (...)” (REIS, 2020 p.1), tendo como resultado a uma sociedade “ameaçadora e desestabilizante por importantes setores sociais, desorientados ou/e amedrontados em virtude das mudanças radicais em curso” (REIS, 2020 p.2). Cito:

“No que diz respeito ao plano político o autor atribui tal incomodo a No campo político-institucional, podem-se destacar: a autonomização/”aristocratização” das instituições associadas à democracia representativa (políticas e jurídicas), conduzindo a um progressivo descrédito dos partidos políticos e sindicatos, sobretudo entre a juventude e as classes populares; a curva ascendente do desinteresse, do absentismo e de uma cultura política “cínica” baseada na desmoralização da mal chamada “classe política”; o uso pervasivo das mídias sociais no contexto das lutas e embates políticos, seja para propagandear as próprias propostas, seja para desmoralizar as dos adversários (fake news); a irrupção de movimentos sociais autônomos em relação às instituições existentes, com demandas concretas, mas que, uma vez reprimidos, têm sido capazes de protagonizar revoltas sociais de grande amplitude” (REIS, 2020 p. 2).

O multipartidarismo e a possibilidade de multiplicidade de agremiações políticas com as mais diversas pautas a fim de garantir maior representatividade de interesses desponta como uma promessa de garantia da igualdade de interesses e de disputa na arena pública. Exatamente por isso não demorou para que os partidos de

reformistas conquistassem confiança e começassem a conquistar mandatos<sup>7</sup>. Contudo, como preceitua REIS, a vitória nas urnas não significou a superação do dilema político brasileiro. O autor pontua que especialmente após a crise de 2008, a dinâmica de governo que garantia a esses seu caráter inovador se perdeu em meio ao que o autor chama de “alianças com as ‘forças do atraso’” (REIS, 2020 p.6). Alianças políticas criadas em razão da necessidade de aprovação de projetos ou associações políticas que culminaram em grandes escândalos de corrupção, incapacidade de absorver demandas e insuficiência frente ao aumento das demandas por serviços públicos que fizeram com que o sistema político fosse visto como “um cadáver apodrecendo a luz do dia” (REIS, 2020).

Ocorre que ainda que a Constituição de 1988 em seu artigo 17 tenha garantido aos partidos autonomia quanto ao seu funcionamento, restringiu seu orçamento e suas possibilidades de captação de recursos, proibiu recursos estrangeiros e impôs a prestação de contas. Desde então diversas Leis vieram a regular os orçamentos e uso dos fundos partidários. Em 1993 veio a lei temporária Lei nº 8.713/1993 para regular o pleito de 1994, em 1997 a lei permanente Lei nº 9.504 que manteve os princípios da anterior. Em 1995 a Lei nº 9.096/1995 que regulou novamente as formas de financiamento e contabilidade. Em 2007 foi aprovada a Lei nº 11.459 prevendo 5% dos recursos a serem distribuídos igualmente entre todos os partidos registrados e 95% com a representação do partido, ou seja de acordo com número de votos da legenda. Atualmente a Lei nº 13.877/2019 garante 30% dos recursos em distribuição igualitária e 70% conforme representatividade. Obviamente que a associação de diversos partidos a fim de maior número de votos garantiria maior orçamento. Uma vez que, o acesso ao fundo partidário, recurso que serve ao custeio das agremiações políticas e suas campanhas é de acesso a todos os partidos registrados, com regras próprias de distribuição, conforme número de partidos de votos e de candidatos eleitos, somado a uma legislação eleitoral ainda carente de desenvolvimento, acaba-se por permitir a proliferação desordenada. O que ocasiona um crescente número de legendas e coligações. Segundo dados do site oficial do Tribunal

---

<sup>7</sup> Os pleitos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2014)

Superior Eleitoral<sup>8</sup> registra-se a fusão de 8 (oito) partidos e a incorporação de outros 9 (nove).

No Brasil, não é mais possível identificar dois grandes blocos de interesses, como em outros sistemas políticos do mundo. Ao contrário, tem-se a segmentação das pautas entre os muitos partidos. Conforme dados do TSE<sup>9</sup>, o Brasil conta hoje com mais de 29 (vinte e nove) partidos registrados, cada um com suas próprias prioridades políticas. Há legendas dedicadas ao ambientalismo, direitos humanos, direitos da mulher, direitos dos animais, políticas sociais e política econômica. O que, apesar de aparentar multiplicidade, dadas as coligações, em matéria de representação de interesses, fragiliza as exigências vista a necessidade de conciliação. Ademais, para além dos interesses, conservadores ou liberais, seja em termos de política ou concessão de direitos, com suas próprias bancadas (as mais populares são a evangélica, armamentista, ruralista, lgbt+ e da educação)<sup>10</sup>. Esse modelo de formação de alianças se escancara já no governo do primeiro presidente eleito após o fim do regime militar. A ausência de uma base que o defendesse nas câmaras legislativas e a fragilidade de seu governo mostraram o nascimento de uma forma de política em que sem alianças não se governa. Durante o processo de restauração da Democracia, alguns partidos, como é o caso do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente chamado Movimento Democrático Brasileiro (MDB) acabaram por se destacar tendo intensa participação na articulação de forças, e, com isso, sintetizando essa nova estrutura, e formando esse grande bloco autodenominado “Centrão” inicialmente criado durante o Governo de Sarney<sup>11</sup> sendo composto por Partido Federalista (PF), Partido Liberal (PL), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrata Cristão (PDC), o antigo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) atualmente Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) além do já referido MDB, tendo sido

---

<sup>8</sup> Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>9</sup> Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>10</sup> Congresso Nacional do Brasil. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso\\_Nacional\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Nacional_do_Brasil)>.

<sup>11</sup> REDAÇÃO. Entenda o que é o Centrão e quais partidos fazem parte. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/eleicoes-2022/entenda-o-que-e-o-centrao-e-quais-partidos-fazem-parte-1.3277837#:~:text=Na%20atual%20legislatura%2C%20o%20Centr%C3%A3o%20formado%20pelos>>. Acesso em: 23 set. 2024.

crucial para garantir uma transição e o fim do autoritarismo, contudo, tendo crescido ao longo dos anos, acabou se organizando a formar uma blindagem capaz de neutralizar todo tipo de ameaças ou grandes transformações que não lhe fossem desejadas, sendo extremamente volátil, é capaz de determinar o rumo das decisões e anular interesses, sejam eles de direita ou de esquerda. Representando cerca de 30% dos votos<sup>12</sup>, o bloco ainda vigente é hoje composto por Partido Progressistas (PP); Republicanos; PL; PTB e Patriotas agora fundidos em Partido Renovação Democrática (PRD); MDB; União Brasil (UNIÃO); Podemos; e Partido Social Democrático (PSD)<sup>13</sup>. A perpetuação desse modelo e das figuras no horizonte político demonstram a formação de uma classe que se perpetua nos espaços de poder ganhando enquanto alternam em cadeiras e cargos.

Dessa forma, a disputa eleitoral perde seu caráter puramente ideológico, a constante suposta oposição direita x esquerda, e passa a responder a um pluralismo fragmentado<sup>14</sup>, em que a capacidade de liderar a ordem política, o que chamaremos “elegibilidade”, está intimamente ligado à capacidade de formar facções políticas alinhando-se a outros, no intuito de formar e coligar as ditas legendas partidárias, garantindo maior número de votos, e conseqüente maior número de candidatos eleitos, e, por conseguinte, maior participação no fundo e nas decisões de legislativas. Dessas uniões iniciais, sejam elas ao executivo ou ao legislativo, quando do resultado das eleições, obrigam os candidatos eleitos a realizar novas alianças, de modo a garantir o que chamamos de “governabilidade”, que nada mais é do a capacidade de angariar votos e ter aprovadas suas propostas.

O jogo interno de interesses tende a afastar os cidadãos da vida política e dos espaços de construção de diálogo, aumentando a indiferença e a insatisfação para com o sistema político, a ponto de que os discursos pró-abstenção ganham grande

---

<sup>12</sup> Saiba o que é o centrão e qual sua influência na política brasileira | DCI. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/politica/centrao/8548/#:~:text=%22centr%C3%A3o%22%20representa%20mais%20de%2030%25%20dos%20parlamentares%20no>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>13</sup> TESTA, G. Afinal, que partidos integram o Centrão? Pesquisa inédita aponta - Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/afinal-que-partidos-integram-o-centrao-pesquisa-inedita-aponta/>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>14</sup> Nome dado a situação de multiplicidade de partidos internamente divididos com enfoque na disputa interna por liderança, diferente do que se veria por na Itália, que, com tendência ao bipartidarismo, a disputa se assenta entre os partidos populistas e os partidos conservadores. (Guarnieri, 2016)

espaço, comportando cerca de 20%<sup>15</sup> do eleitorado, de modo que os órgãos competentes precisam constantemente esclarecer o mito de um elevado número de abstenções, brancos e nulos seria capaz de anular as eleições<sup>16</sup>. A instabilidade das alianças, o que por vezes impede ou dificulta, o cumprimento das promessas de campanha, e conseqüentemente da capacidade de governar, o uso de meios torpes para “comprar” os votos nas câmaras legislativas, os constantes escândalos de corrupção nos órgãos da administração Pública, e o bombardeio midiático que sobrecarrega o eleitor, podem ainda gerar, para além do descaso, uma revolta contra o sistema. Não à toa, desde a República há quem peça a volta do Império, desde a redemocratização, pedindo a volta da ditadura. Reis pontua:

“É nesse quadro que têm surgido, às vezes com violência, movimentos sociais, motins urbanos e revoltas sociais em todos os continentes. Como referido acima, brotam por fora das instituições, procuram caminhos, registram aqui e ali o atendimento de reivindicações parciais, porém, quase sempre, esgotam-se sem conseguir impor mudanças significativas. (REIS, 2020. p)”

Ao longo da história da dita redemocratização brasileira, no que diz respeito às diretrizes de governo, como é próprio aos momentos de incerteza, insatisfação ou transição política em que faz-se necessário levantar o desejo popular, percebe-se um forte apelo carismático, sob promessas de manutenção da ordem como forma de arrebatamento do eleitorado. Assim fora com Jânio Quadros e sua vassourinha, Fernando Collor e sua campanha “viril”, Lula com seu populismo e Jair Bolsonaro enquanto personificação da aversão ao *status quo*<sup>17</sup>. Diferente de Fernando Henrique Cardoso, que usa como apelo o mercado e a promessa de evolução, uso direto do utilitarismo; aqui não se inclui Dilma Rousseff, porque, ainda que promettesse continuidade do populismo carismático de seu antecessor (Lula), como visto, inexistentes critérios precisos para a transferência desse tipo de dominação, ainda que o poder de Lula sobre as massas fosse suficiente para legitimar suas propostas de

---

<sup>15</sup> BUSS, G. Abstenção em 2022 vai a 20,95% e supera 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/abstencao-em-2022-vai-a-209-e-supera-2018/>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>16</sup> Mitos e Verdades sobre a Eleição. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Outubro/mitos-e-verdades-sobre-a-eleicao>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>17</sup> retomaremos.

governo e garantir sua eleição, não foi capaz de criar uma figura de identificação pessoal do eleitorado para com a candidata. Deste modo, com forte rejeição, seu governo facilmente rompe ao caminhar do segundo mandato, em 2016, com um impeachment de forte apoio popular, enquanto o ex-presidente Lula ainda mantinha quase 40% das intenções de voto na eleição que se seguiria em 2018<sup>18</sup>. A despeito do contexto, nos abstermos de comentar acerca do contexto cinematográfico em que se deu a saída da ex-presidenta Dilma, assim adjetivo pela midiatização, não somente jornalística, friso a “O mecanismo”<sup>19</sup> e “Democracia em vertigem”<sup>20</sup>, famosas produções sobre o período. O panorama político, é a crise institucional generalizada, (como dito, digna das telas) a que se refere, abriu, ou, escancarou as existentes fissuras irremediáveis do sistema, gerando enorme revolta e insatisfação popular; a formalidade agora mencionada pode ser abandonada, e, não surpreendentemente, emergem um terreno fértil ao surgimento de figuras messiânicas.

## **CAPÍTULO 5: JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Abre-se um parêntese para um comentário sobre a figura de Bolsonaro, ímpar na história da política brasileira. Nunca antes se vira uma figura capaz, não apenas de romper com a realidade, mas de levar consigo as únicas configurações de diálogo aceitáveis. Sua participação na corrida presidencial se deu alheia às arenas comuns de debate, de modo que ninguém fosse capaz de lhe fazer real oposição. Disparos de “fake news”<sup>21</sup>, lives em plataformas digitais e incitação à revolta política<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> LULA,. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>.

<sup>19</sup> PADILHA, José. O Mecanismo. Brasil: Zazen Produções, 2018. Disponível em: Netflix. Acesso em: 08 out. 2024.

<sup>20</sup> COSTA, Petra. Democracia em Vertigem. Brasil: Busca Vida Filmes, 2019. Disponível em: Netflix. Acesso em: 08 out. 2024.

<sup>21</sup> O Projeto Comprova é uma iniciativa colaborativa e sem fins lucrativos que reúne jornalistas de 43 veículos de comunicação brasileiros para descobrir e investigar informações suspeitas sobre políticas públicas, eleições presidenciais e a pandemia de covid-19 que foram compartilhadas nas redes sociais ou por aplicativos de mensagens. (<https://projeto comprova.com.br/>)

<sup>22</sup> Bolsonaro e o “gabinete do ódio”: entenda as investigações da PF. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf/>>. e Documento do STF explica como funciona o “Gabinete do Ódio”. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-d-o-odio/>>.



definiram sua campanha. Um fenômeno ainda pouco entendido, mas que o aproximou do imaginário popular. Uma figura carismática, que odeia o que “seu povo” odeia, que grita o que “seu povo” pensa, que está onde “seu povo” está, *online*. Não foram necessárias muitas promessas ou grandes projetos<sup>23</sup>, bastou-lhe manifestar a ira, incompreensão e desinformação que por vezes ele mesmo criara. Essa capacidade de ditar a própria racionalidade é o marco de sua dominação e governo. Claro, Como pontua REIS, Bolsonaro soube escolher seus aliados, Se preocupou em saciar os interesses do capital financeiro com a promessa de tecnicidade na figura de Paulo Guedes, se aliou com a recém elevado herói nacional Sérgio Moro, transparecendo honestidade e segurança, consolidou uma base aliada conservadora nas igrejas, com discurso de proteção a família e valorização do divino (Deus, pátria e família) ampliando sua vantagem sobre todos os demais concorrentes (REIS, 2020, p8)

Jair Bolsonaro, ainda que integrante, em 2018, contava 27 anos de carreira política, sempre se portou às margens do próprio sistema. Entrou para a vida pública no final da década de 1980, quando, após ter sido julgado pelo Supremo Tribunal Militar, foi afastado das forças armadas. Antes disso, enquanto oficial do exército, já havia sofrido algumas prisões disciplinares por transgressão disciplinar e insubordinação hierárquica. Compôs o movimento de descontentamento e abandono das forças armadas que alegava baixos salários e condições precárias aos cadetes. Seu enfoque sempre esteve na significação direta com seu eleitorado, tendendo mais ao reforço constante de sua candidatura e apreço do que ao debate de grandes temas de relevância nacional, se escusando do grande destaque. Nos seus trinta anos de carreira política, sempre se mostrou ideologicamente instável, por vezes mudando seu posicionamento, tendo trocado de partido 8 (oito) vezes<sup>24</sup> - como é comum a políticos de igual perfil (sem grande visibilidade), uma vez que a novas legendas podem lhe garantir maior participação e recursos, e pouco participativo, de modo que não foi líder de nenhuma comissão, não presidiu bancadas nem autor de nenhum grande projeto de

---

<sup>23</sup> O plano de governo entregue ao TSE para publicação, quando da candidatura, não se compõe em um texto elaborado, uma produção organizada de propostas ou um grande debate a ser construído nas comitativas e comícios. Ao contrário, trata-se de uma apresentação de “powerpoint” com frases e imagens apelativas. (Proposta de Plano de Governo CONSTITUCIONAL EFICIENTE FRATERNAL)

<sup>24</sup> PDC, (1989-1993), PPR (1993-95), PPB (1995-2003), PTB (2003-2005), PFL (2005), PP (2005-2016), PSC (2016-2017)[27] e o PSL (2018-2019), PL (2019-2022)

lei. Com falas polêmicas e uma visibilidade de risco, Bolsonaro tendia a se comportar como um político “fora do meio”. Poucos discursos, pouco tempo de fala, pouco direito de voz no parlamento e fugindo da grande mídia, já que constantemente era ridicularizado midiaticamente por suas escolhas de palavras e posicionamentos excêntricos. Conhecido por falar sozinho na tribuna, defendia abertamente a tortura, grupos de extermínio e a volta da ditadura, posicionamentos que comumente eram ignorados no parlamento. Sua maior contribuição no cenário político até então teria sido a de dar visibilidade à causa dos militares.

Na maior parte do tempo, se assentava dentro da grande massa de mobilização de acordos, o centrão. O que sem dúvidas facilita a análise das condições que possibilitaram sua ascensão de candidato marginalizado à líder da corrida eleitoral. Com aponta Reis, criou-se “(...) uma atmosfera de exasperação de contradições, condições favoráveis à emergência de lideranças “salvacionistas”, outsiders, supostos ou reais” (REIS, 2020; p.7). Como já se havia experimentado em 1992, após o impeachment de Fernando Collor de Mello, governabilidade se faz com uma multiplicidade de alianças, em pluralidade de partidos, nos diversos setores de governo, caso contrário, fica-se sem força de reação e suscetível a impedimentos. O argumento central aqui é que, acostumado a participar de acordos “neutros”, foi capaz de representar e compor alianças com diferentes setores de interesses e econômicos que viam em sua maleabilidade a possibilidade de se verem representados. A crise no sistema político de alianças, deixado pelo orquestramento do impeachment e o esvaziamento imediato da base aliada, escancarou as falhas e as possibilidades das coalizões. Abrindo espaço a que, em um momento de total instabilidade política e econômica, Bolsonaro conseguisse reunir outros grupos que até então tinham pouca expressão nas casas legislativas. Grupos com grande representação no setor econômico, e posicionamentos “contra o sistema”.

A disputa política como se conhecia, consolidada e até então alocada na oposição Partido dos trabalhadores (PT) e PSDB, deixa o cenário para que se levante uma nova perspectiva. Agora, tratava-se unicamente de combater um inimigo comum: o PT, a oposição. Esse processo de substituição dos atores em cena, foi crucial para permitir que esse novo personagem conseguisse espaço trazendo para si a já existente

oposição. É necessário pontuar que os partidos que representam a composição da candidatura de Jair Bolsonaro, o PSL, ligado a um projeto liberal, e o PRTB, de cunho conservador do ponto de vista moral e social, tinham, até o momento, uma baixa projeção no legislativo. Foi a promessa de ser “liberal na economia, conservadora nos costumes”<sup>25</sup>, a cola que aglutinou vários setores da economia e sociais, garantindo a expansão de suas bases.

Cabia a Bolsonaro conseguir compatibilizar seus interesses conservadores extremistas, buscando uma forma de popularizá-los, às necessidades de um mercado instável com altos níveis de inflação e os recentes escândalos políticos. O discurso de aversão ao sistema, à “mamata política”, e o fato de ter estado excluído nas últimas três décadas, foi o que engajou o discurso de ataque às instituições, mesmo ao parlamento do qual fazia parte, ao sistema judiciário, em especial ao Supremo Tribunal Federal, e à imprensa que insistia em criticá-lo foram pontos centrais para a formação da chapa que o colocaria como candidato à presidência.

## **O BOLSONARISMO**

Dispondo hoje da chave interpretativa que faltava a Euclides da Cunha, e tendo por base os diversos conceitos aqui trazidos para construção do terreno interpretativo, o presente trabalho pretende fazer uma leitura dos recentes eventos históricos e políticos do Brasil contemporâneo, em específicos, aspectos da ascensão do messianismo bolsonarista, buscando elucidar e entender as estruturas que permeiam sua dominação, bem como suas principais características de alimento e validação.

Em 2016 com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, a dominação burocrática parecia falhar. Uma falha que seria bastante utilizada nos anos seguintes. O sistema político aparentava colapso desde 2014, com os escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas em operações da Petrobras. A operação petrolão, que deu início à lava jato, expôs o abuso político das falhas do sistema de coalizão em benefício próprio na condução das operações.

---

<sup>25</sup> Frase dita pelo candidato quando de sua campanha política.

A condução da operação seguiu o mesmo princípio, o do abuso. A proporção midiática do caso, a velocidade das decisões<sup>26</sup>, a irregularidade no procedimento<sup>27</sup>, a ilegalidade das provas<sup>28</sup>, a parcialidade do juiz, corroborando a ideia a corrida judicial paralela à eleitoral. O Brasil tornou-se destaque mundial pela crise institucional. A sociedade se via desamparada. Diversos setores de mobilização da *sociedade civil* se dividem internamente quanto a como proceder, cenário extremamente propício ao surgimento de um Salvador.

Respondendo ao horizonte de insatisfação, Bolsonaro reforçou suas alianças com a direita econômica, o conservadorismo, às lideranças religiosas presentes no congresso e incorporou o crescimento exponencial do apelo religioso no país. Sua campanha apostou no nacionalismo e no patriotismo como resposta à necessidade de desenvolvimento e na religião como vertente de integração do discurso. Consagrando um novo momento de aglutinação do conservadorismo brasileiro, o apelo religioso passa a figurar o centro da narrativa, acompanhado de dois conceitos polarizadores, a família, enquanto núcleo exclusivamente heteronormativo, e a pátria como promessa de ordem e salvação nacional. Deus, pátria e família, componentes do imaginário e da subjetividade de absolutamente todos os brasileiros. Numa colônia catequizada e com constante expansão do neopentecostalismo, não há quem não tenha experimentado em algum ponto da vida, o contato com a religião. Não há quem não conheça ou identifique-se em algum tipo de arranjo familiar. Não há brasileiro que não queira o desenvolvimento social e econômico do Brasil. A campanha toma para si o domínio, a definição e capacidade de defesa de bens culturais caros a toda a nação. Com a máxima de consagrar o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, possibilitou-se o surgimento de uma nova extrema direita, com anseios adormecidos desde o processo de redemocratização e fim do governo militar.

---

<sup>26</sup> PAPINI, P. Sentenças de Sergio Moro na Lava Jato foram mais rápidas antes do impeachment de Dilma. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/02/sentencas-de-sergio-moro-na-lava-jato-foram-mais-rapidas-antes-do-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>27</sup> BORGES, R. Lava Jato, uma operação engolida pela política. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/03/politica/1522772033\\_648978.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/03/politica/1522772033_648978.html)>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>28</sup> STF confirma anulação de condenações da Lava Jato contra Lula — entenda - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56768338>>. Acesso em: 23 set. 2024.

Bolsonaro desponta como um dos líderes mais carismáticos que o Brasil já teve. Seus discursos, ainda que pouco eloquentes, se alinhavam simetricamente aos interesses de grande parcela do eleitorado. Por mais polêmicas que sejam, suas pautas estavam sempre direcionadas a tocar a insatisfação do eleitorado, incutir-lhes temor, despertar-lhes a ira. Como já demonstrado, as principais alianças se concentram na alta elite financeira, no grande empresariado comercial e industrial, a alta cúpula das forças armadas e a cabeceira do agronegócio. Somado a isso, pode ver a adesão da já referida bancada evangélica, o lavajatismo (inclusive no judiciário, tendo em vista o uso do processo para se interferir nas eleições), e o negacionismo de seu mentor Olavo de Carvalho e seus seguidores. Cada um desses articulando seus próprios atores em prol de uma rede de contribuições à difusão do discurso em seus respectivos setores.

O que se via era a busca por conformar a insatisfação popular como parte do seu discurso, e introduzindo suas ideias até então impopulares, como alternativa ao problema sistêmico. Valendo-se de forte apelo sensacionalista, com discursos contra o aborto, repressão sexual e contrário à educação sexual em escolas, foi possível alinhar o conservadorismo religioso de diversos segmentos, o extremismo fascista, a direita econômica e os saudosos da intervenção militar.

A partir daqui, se fará um compilado das notícias e principais informações veiculadas para se ilustrar a construção da figura messiânica de Jair Messias Bolsonaro. Frise-se que, mesmo grande parte dessas foram apuradas como sendo falsas. Em pouco mais de dois meses de campanha eleitoral de 2018, já se haviam verificado mais de 100 boatos falsos para beneficiar a campanha de Bolsonaro, as chamadas “fake news”. Algo novo cuja proporção e potência ainda era desconhecida ou desconsiderada.

A começar pelo apelo religioso, houve intensa veiculação de que, se eleito, o partido dos trabalhadores representava uma ameaça à Igreja e à fé cristã. As informações iam desde acabar com as emissoras de rádio e televisão<sup>29</sup>, protestos em

---

<sup>29</sup> ALEXANDRE ARAGÃO. PT não defende estatizar rádios e emissoras de TV religiosas. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/pt-nao-defende-estatizar-radios-e-emissoras-de-tv-religiosas/>>.

frente a templos<sup>30</sup>, ataque às datas de guarda e de celebração da fé<sup>31</sup>, falsas declarações de apoio por parte de líderes religiosos<sup>32</sup>, previsões espirituais<sup>33</sup>, e até uma suposto ataque à figura de Jesus Cristo<sup>34</sup> e difusão do satanismo entre as crianças<sup>35</sup>. O uso da preocupação com a integridade das crianças não se limitou à sua liberdade religiosa. Elas figuram como principais vítimas potenciais de um outros males criados a serviço da campanha, a “ditadura gay<sup>36</sup>” (uma suposta tentativa de imposição da orientação homoafetiva), a ameaça à integridade sexual também foi alvo de debate com a chamada “ideologia de gênero” que, segundo se veiculava, impunha o ensino e incentiva a prática sexual entre crianças e adultos, legalizando o incesto e a pedofilia<sup>37</sup>,

---

<sup>30</sup> ALEXANDRE ARAGÃO. Fotos de protesto na Igreja Universal são de 2013 e não têm a ver com apoio de Bispo Macedo a Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/fotos-de-protesto-na-igreja-universal-sao-de-2013-e-nao-tem-ver-com-apoio-de-bispo-macedo-bolsonaro/>>.

<sup>31</sup> D'ÁVILA, M. É #FAKE que Manuela D'Ávila disse que quer acabar com todos os feriados cristãos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/09/e-fake-que-manuela-davila-disse-que-quer-aca-bar-com-todos-os-feriados-cristaos.ghtml>>.

<sup>32</sup> MOURA, B. Padre Marcelo Rossi não declarou apoio a Bolsonaro; áudio é falso. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/padre-marcelo-rossi-nao-declarou-apoio-bolsonaro-audio-e-falso/>>. Acesso em: 27 set. 2024. LUIZ FERNANDO MENEZES. Padre Fábio de Melo não publicou mensagem com comentários contra LGBTs e a favor de Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/padre-fabio-de-melo-nao-publicou-mensagem-com-comentarios-contralgbts-e-favor-de-bolsonaro/>>.

<sup>33</sup>XAVIER. É #FAKE que Chico Xavier previu a chegada do candidato Jair Bolsonaro à Presidência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-que-chico-xavier-previu-a-chegada-do-candidato-jair-bolsonaro-a-presidencia.ghtml>>.

<sup>34</sup> É #FAKE imagem em que Manuela D'Ávila aparece com camiseta “Jesus é travesti”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-imagem-em-que-manuela-davila-aparece-com-camiseta-jesus-e-travesti.ghtml>>. MOURA, B. “Somos mais populares que Jesus” é uma frase de John Lennon; não de Manuela D'Ávila. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/frase-somos-mais-populares-que-jesus-e-de-john-lennon-nao-de-manuela-davila/>>.

<sup>35</sup> JUDITE CYPRESTE. MEC não distribuiu “kit satânico” para crianças; corrente no WhatsApp espalha boato de 2013. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/mec-nao-distribuiu-kit-satanico-para-criancas-corrente-do-whatsapp-espalha-boato-de-2013/>>.

<sup>36</sup>ALEXANDRE ARAGÃO. Haddad nunca disse que cabe ao Estado decidir sexualidade de crianças. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/haddad-nunca-disse-que-cabe-ao-estado-decidir-sexualidade-de-criancas/>>. Acesso em: 23 set. 2024. (24.9) MOURA, B.; JUDITE CYPRESTE. É falso que Haddad criou “kit gay” para crianças de seis anos. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/>>. Acesso em: 23 set. 2024. (10/10)

<sup>37</sup> Livro infantil que trata de incesto não foi distribuído pelo MEC na gestão Haddad. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/livro-infantil-que-trata-de-incesto-nao-foi-distribuido-pelo-mec-na-gestao-haddad/>>. Acesso em: 23 set. 2024. (4/10/18) FAKE, É. É #FAKE cartaz atribuído a Haddad que diz que projeto de lei torna a pedofilia um ato legal. Disponível em:

com a distribuição de cartilhas<sup>38</sup>, brinquedos eróticos<sup>39</sup>. Haveria ainda ameaças à integridade física e intelectual<sup>40</sup>. Com isso, as escolas passavam a ser um local perigoso, tolhia-se os locais de ensino de forma que, qualquer posição contrária, ou tentativa de esclarecer os fatos seria “doutrinação”.

A já referida instabilidade econômica também foi bastante manuseada. Processos de demissão em massa<sup>41</sup>, recessão econômica, pobreza, sequestro das aposentadorias e bens<sup>42</sup>, poupanças compulsórias<sup>43</sup>, e o resgate da ameaça do fim do sistema capitalista com a instauração do comunismo. O que gerava intensa repercussão, positiva para seus fins, não somente entre os mais conservadores, religiosos, empresários, mas principalmente entre os cidadãos medianos que,

---

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/13/e-fake-cartaz-atribuido-a-haddad-que-diz-que-projet-o-de-lei-torna-a-pedofilia-um-ato-legal.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2024. (13/10/18) ALEXANDRE ARAGÃO. É falso que Fernando Haddad defendeu em livro sexo entre pais e filhos. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/e-falso-que-fernando-haddad-defendeu-em-livro-sexo-entre-pais-e-filhos/>>. Acesso em: 23 set. 2024. (15/10/18) FAKE, É. É #FAKE que livro escrito por Haddad incentive o incesto e cite dez mandamentos do comunismo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-livro-escrito-por-haddad-incentive-o-incesto-e-cite-dez-mandatos-do-comunismo.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (16/10/18)

<sup>38</sup> FAKE, É. É #FAKE que ilustração de ato sexual foi usada em cartilha do MEC para crianças. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/25/e-fake-que-ilustracao-de-ato-sexual-foi-usada-em-cartilha-do-mec-para-criancas.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (25/9/18) FAKE, É. É #FAKE que livro citado por Bolsonaro no JN é o que aparece com carimbo de escola de Maceió. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/04/e-fake-que-livro-citado-por-bolsonaro-no-jn-e-o-que-aparece-com-carimbo-de-escola-de-maceio.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (4/9/18)

<sup>39</sup> “Mamadeiras eróticas” não foram distribuídas em creches pelo PT. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (28/9/18)

<sup>40</sup> FAKE, É. É #FAKE que deputado Paulo Ramos ofereceu dinheiro para professoras fazerem campanha contra Bolsonaro em vídeo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/26/e-fake-que-deputado-paulo-ramos-ofereceu-dinheiro-para-professoras-fazerem-campanha-contra-bolsonaro-em-video.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (20/8/18) ALEXANDRE ARAGÃO; MOURA, B. Vídeo não mostra mãe e criança dentro de carro sendo atacadas por petistas. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/posts-enganam-ao-dizer-que-video-mostra-mae-e-crianca-sendo-atacadas-por-petistas/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (13/9/18)

<sup>41</sup> FAKE, É. É #FAKE que empresas prometem demitir 1 milhão se esquerda vencer eleição. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/05/e-fake-que-empresas-prometem-demitir-1-milhao-se-esquerda-vencer-eleicao.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (5/10/18)

<sup>42</sup> LUIZ FERNANDO MENEZES. Plano do PT não defende confisco de bens ou entrega de quartos para desconhecidos. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/plano-de-governo-petista-nao-quer-confiscar-seus-bens-ou-entregar-quartos-de-sua-casa-para-desconhecidos/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (9/10/18)

<sup>43</sup> FAKE, É. É #FAKE que plano de governo de Haddad prevê criação de poupança compulsória. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/11/e-fake-que-plano-de-governo-de-haddad-preve-criacao-de-poupanca-compulsoria.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (11/10/18)

habituaados com um certo rigor jornalístico, e sem nenhuma preocupação com a fonte das informações, tendiam a acreditar e credibilizar as notícias. A corrida eleitoral agora é descrita como cenário de guerra . Tal como em Canudos, o discurso que se corria, era de que nada menos estava em jogo do que o destino da Democracia e, mais do que isso, a liberdade, o capitalismo e a propriedade privada. Bolsonaro passava a ser visto por muitos como o único capaz de salvar o Brasil da absoluta e iminente desgraça. A identificação e o carisma de Bolsonaro são inicialmente construídos por política estruturada no medo, que criava um critério de busca pela sobrevivência de manutenção da ordem. Tudo apontava para uma necessidade de resgate da normalidade, de proteção dos núcleos familiares, da vida religiosa, da nação. O eleitor, preocupado com a continuidade de seu modo de vida, passava a se identificar com as posturas e falas.

O cenário geral era caótico e instável, mas não para por aqui. Ainda seria necessário reforçar a ideia de que Bolsonaro era o melhor candidato, o mais honesto do mundo<sup>44</sup> e mais apto a restaurar a paz e reestruturar o país. Para isso, se usou desde simulação e falsificação de pesquisas<sup>45</sup>, falsas declarações de apoio por parte de

---

<sup>44</sup> ANA RITA CUNHA. Bolsonaro não foi eleito o político mais honesto do mundo. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nao-foi-eleito-o-politico-mais-honesto-do-mundo/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(15/10/18)

<sup>45</sup> FAKE, É. É #FAKE que G1 fez enquete sobre corrida presidencial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/16/e-fake-que-g1-fez-enquete-sobre-corrida-presidencial.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(16/8/18) ALEXANDRE ARAGÃO. Pesquisa que mostra Bolsonaro com 86,57% é enquete de Facebook sem rigor estatístico. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/pesquisa-que-mostra-bolsonaro-com-8657-e-na-verdade-enquete-de-facebook-sem-rigor-estatistico/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(23/8/18) FAKE, É. É #FAKE imagem que mostra manchete sobre pesquisa Ibope para presidente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/01/e-fake-imagem-que-mostra-manchete-sobre-pesquisa-ibope-para-presidente.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(1/10/18) FAKE, É. É #FAKE que imagens revelam índices reais de pesquisas para a Presidência no 2o turno. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/15/e-fake-que-imagens-revelam-indices-reais-de-pesquisas-para-a-presidencia-no-2o-turno.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(15/10/18)



personalidades públicas<sup>46</sup> e de outros candidatos de menor expressão<sup>47</sup>, e até neutralizar as movimentações das oposição<sup>48</sup> maximizando e falsificando atos de endosso à campanha<sup>49</sup>. Para além desse sistema de ameaças constante, disparo de notícias, e ataque direto à oposição e reforço de atributos e dotes próprios, tal como muitos líderes carismáticos, Bolsonaro se consagrou pelo martírio. Em compromisso de campanha, na cidade mineira de Juiz de Fora, ele sofreu um atentado enquanto se reunia com apoiadora. Não demorou muito para que a facada e seu autor fossem

---

<sup>46</sup> BÁRBARA LIBÓRIO. Foto de Rodrigo Santoro com camisa de apoio a Bolsonaro é falsa. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/foto-de-rodrigo-santoro-com-camisa-de-apoio-bolsonaro-e-falsa/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (6/10/18) GABEIRA, F. É #FAKE post atribuído a Fernando Gabeira em que ele diz que Bolsonaro é “limitado, mas é patriota”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/09/e-fake-post-atribuido-a-fernando-gabeira-em-que-el-e-diz-que-bolsonaro-e-limitado-mas-e-patriota.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (19/10/18) PIOVANI, L. É #FAKE áudio atribuído a Luana Piovani em que há declaração de apoio a candidato. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/11/e-fake-audio-atribuido-a-luana-piovani-em-que-ha-d-eclaracao-de-apoio-a-candidato.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (11/10/18) ALEXANDRE ARAGÃO. Bolsonaro não foi citado como “próximo presidente” no Programa Silvio Santos. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nao-foi-citado-como-proximo-presidente-no-programa-silvio-santos/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (22/8/18)

<sup>47</sup> FAKE, É. É #FAKE que vice do presidencial João Amoêdo pede votos para Bolsonaro em vídeo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/27/e-fake-que-vice-do-presidencial-joao-amoe-do-pe-de-votos-a-bolsonaro-em-video.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (27/9/18) FAKE, É. É #FAKE que João Amoêdo desistiu de candidatura à Presidência e recomenda voto em Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/06/e-fake-que-joao-amoe-do-desistiu-de-candidatura-a-presidencia-e-recomenda-voto-em-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (6/10/18)

<sup>48</sup> Não é verdade que manifestantes ficaram nus em protesto contra Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/nao-e-verdade-que-manifestantes-ficaram-nus-em-protesto-contra-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (6/10/18) FAKE, É. É #FAKE versão de que imagem de protesto no Rio mostra prédio que desabou. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/30/e-fake-mensagem-que-diz-que-protesto-nao-aconteceu-no-rio-porque-mostra-predio-desabado.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (30/9/18) FAKE, É. É #FAKE que imagem de ato contra Bolsonaro no Largo da Batata é do carnaval de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/01/e-fake-que-imagem-de-ato-contra-bolsonaro-no-largo-da-batata-e-do-carnaval-de-2017.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (1/10/18)

<sup>49</sup> Vídeo de 2015 foi adulterado para parecer pró-Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/video-de-2015-foi-adulterado-para-parecer-pro-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (19/9/18) Imagens de caravana de motos são de romaria, e não de apoio a Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/imagens-de-caravana-de-motos-sao-de-romaria-e-nao-de-apoio-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (24/9/18) Agência Lupa. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/29/verificamos-video-manifestacao-copacabana/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (29/9/18) FAKE, É. É #FAKE mensagem que cita a Globo e diz que manifestação pró-Bolsonaro é a maior da história. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/01/e-fake-mensagem-que-diz-que-manifestacao-pro-bolsonaro-e-a-maior-da-historia.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (1/10/18) MOURA, B. Foto aérea mostra protesto “Fora Dilma” em 2016, e não ato pró-Bolsonaro. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/foto-aerea-mostra-protesto-fora-dilma-em-2016-e-nao-ato-pro-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (22/10/18)

ligados à oposição. Mandos diretos, esquemas e planos de assassinato<sup>50</sup>, filiação partidária<sup>51</sup>, associação a integrantes do partido<sup>52</sup>, diversas foram as notícias que colocavam o PT como suposto autor e aumentavam o senso de que a chapa estaria disposta a tudo para retomar o poder; de que era necessário que Bolsonaro ganhasse as eleições para salvar o país de uma ditadura violenta. Estava marcado o resultado das eleições.

O carisma de Bolsonaro foi construído de forma rápida e explosiva, com o bombardeio de notícias, sua eleição satisfaz mentalmente seus seguidores que agora respiram aliviados, salvaguardados. O contato com o eleitorado era constante de forma que a fé nele depositada era reforçada a cada *live* semanal, publicação no Twitter, discurso ou ato presidencial. Foi instalado um cercado nas proximidades do Palácio da Alvorada, onde seriam concedidas a maior parte das coletivas, de modo que a todo momento houvesse o reforço da ideia de que era um candidato popular, o “capitão do povo”. A patente obviamente o aproxima do senso de segurança e estabilidade atribuído a um integrante das forças armadas, e o afastava do título de presidente e do sistema que criticava. Tornou-se comum que fosse chamado de “meu capitão” ou “nosso capitão”, pelos apoiadores. Imbuído de autoridade e senso de dignidade, Bolsonaro agora tinha a liberdade e o endosso da maior parte do eleitorado para atuar e ditar a nova configuração da realidade, fática e ideologicamente.

---

<sup>50</sup> BÁRBARA LIBÓRIO. Polícia Federal não descobriu esquema para o assassinato de Jair Bolsonaro. Disponível em:

<<https://aosfatos.org/noticias/policia-federal-nao-descobriu-esquema-para-o-assassinato-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (7/9/18)

<sup>51</sup> Autor de ataque a Jair Bolsonaro não é filiado ao PT. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/autor-de-ataque-jair-bolsonaro-nao-e-filiado-ao-pt/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (6/9/18)

<sup>52</sup> Agressor de Bolsonaro não saiu em foto ao lado de Lula. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/agressor-de-bolsonaro-nao-saiu-em-foto-ao-lado-de-lula/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (6/9/18) Homem que agrediu Bolsonaro não é assessor na campanha de Dilma ao Senado. Disponível em:

<<https://aosfatos.org/noticias/homem-que-agrediu-bolsonaro-nao-e-assessor-na-campanha-de-dilma-ao-senado/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (7/9/18) ALEXANDRE ARAGÃO. Novas fotos que mostram agressor de Bolsonaro ao lado de Lula são montagens. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/novas-fotos-que-mostram-agressor-de-bolsonaro-ao-lado-de-lula-sao-montagens/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (10/9/18) Homem em foto com Gleisi Hoffmann não é o agressor de Bolsonaro. Disponível em:

<<https://aosfatos.org/noticias/homem-em-foto-com-gleisi-hoffmann-nao-e-o-agressor-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (14/9/18)

Agora era necessário encontrar uma forma de superar o cotidiano, de racionalizar a dominação, de modo que fosse possível garanti-la, não somente durante o mandato, mas em direção à reeleição. Ao longo de seu governo, ele se preocupou em manter sempre viva a memória do monstro comunista que circundava o Brasil, mantendo vivo no imaginário a sensação de alerta. O entrelaçamento do bolsonarismo com a fé cristã foi tamanho, que chegaram a assumir os púlpitos em diversos momentos. Sua esposa dirigiu homilias e campanhas de oração, líderes dedicam suas pregações à sacramentar o casal e o “Presidente ungido”<sup>53</sup>. As igrejas se transformaram em verdadeiros currais eleitorais<sup>54</sup>. Tal como na religião cristã, a salvação do país necessitava de vigilância, o que reforçava os critérios de identificação o colocando como líder instruído e escolhido por Deus, sendo assim ungido e consagrado<sup>55</sup>. A religião se manteve como ponto crucial de conexão ao longo de todo o governo, ainda que não houvesse nenhuma movimentação fática em benefício da mesma por parte do presidente.

Graças ao senso de autoridade e a legitimação da dominação, não houve muita preocupação na manutenção da harmonia entre os poderes, com falas questionáveis e bastante autoritárias, como comentários sobre o fechamento do congresso, a dissolução do STF<sup>56</sup>, e o abuso das medidas provisórias.

Quanto a esse último, a exceção da competência legislativa, os decretos presidenciais previstos no art.59, se limitando ao art 62, ambos da Constituição Federal de 1988, configuram a possibilidade de o chefe do Executivo criar parâmetros à ordem jurídica. O desvio à finalidade legal dos decretos não é nenhuma novidade, tendo sido vista em todos os governos até o momento, contudo, destaca-se que o atual governo, com uma marca de 1,3 por dia, superou os últimos 15 anos sendo o segundo maior em

---

<sup>53</sup> Líder religioso que usa culto para pedir voto arrisca multa e, em casos de ameaça, prisão - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63320704>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>54</sup> CORREIA, M. Culto na igreja de Michelle Bolsonaro tem distribuição de santinho e oração por candidato - Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/09/culto-na-igreja-de-michelle-bolsonaro-tem-distribuicao-de-santinho-e-oracao-por-candidato/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>55</sup> Bolsonaro foi ungido presidente em ato profético no ano de 2017. Disponível em: <<https://pleno.news/fe/bolsonaro-foi-ungido-presidente-em-ato-profetico-no-ano-de-2017.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>56</sup> “Não vejo nada demais” em pedir para fechar Congresso e STF, diz Bolsonaro | Radar. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/nao-vejo-nada-demais-em-pedir-para-fechar-congresso-e-stf-diz-bolsonaro/>>.

número de Decretos, perdendo somente para o “caçador de marajás”, Fernando Collor, contados somente os 6 primeiros meses de Governo. Percebe-se que, como sua afetividade não alcançou o senado e a câmara, onde sua rejeição é alta, o atual presidente segue tentando governar sozinho, a decretos e medidas provisórias, que dificilmente consegue emplacar posteriormente. Friso a declarações do próprio durante coletiva no clube naval quando disse: “Eu disse ao Maia: com a caneta eu tenho muito mais poder do que você. Apesar de você, na verdade, fazer as leis, né? Eu tenho o poder de fazer decretos.”<sup>57</sup>

Destaca-se a incorporação popular de seus mandos e a ausência de manifestação reflexiva, legislativa ou jurídica acerca do desvio de finalidade, bem como uma tentativa de desdobramento da incorporação social dos atos de governo quando midiaticamente veiculados. Os conflitos, declarações desastrosas e que circundam a manutenção da governabilidade mantém isolado o executivo, ao passo que seu carisma justifica e legitima suas “canetadas”, nos ataques diretos feitos às instituições e mesmo ao TSE<sup>58</sup> ao longo do processo eleitoral, com acusações de fraude e corruptibilidade no

---

<sup>57</sup>Com a caneta eu tenho mais poder do que você, diz Bolsonaro a Maia. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/com-a-caneta-eu-tenho-mais-poder-do-que-voce-diz-bolsonaro-a-maia/>>.

<sup>58</sup> Agência Lupa. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/18/verificamos-tse-codigos-urnas-venezuela/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (18/9/18) ALEXANDRE ARAGÃO. Site fabrica informação ao dizer que Gilmar Mendes deixará STF caso Bolsonaro seja eleito. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/site-fabrica-informacao-ao-dizer-que-gilmar-mendes-deixara-stf-caso-bolsonaro-seja-eleito/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(21/9/18)FAKE, É. É #FAKE capa da revista Veja sobre escândalo das pesquisas eleitorais compradas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/21/e-fake-capa-da-revista-veja-sobre-escandalo-das-pesquisas-eleitorais-compradas.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (21/9/19) Capas de revistas com fraudes nas urnas eletrônicas (27/9/18)FAKE, É. É #FAKE documento atribuído ao Exército que exige perícia nas urnas eletrônicas antes e depois das eleições. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/29/e-fake-documento-atribuido-ao-exercito-que-exige-pericia-nas-urnas-eletronicas-antes-e-depois-das-eleicoes.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(29/9/18) DIA. É #FAKE comunicado que convoca eleitores do PT a votar apenas no dia 8 de outubro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-comunicado-que-convoca-eleitores-do-pt-a-votar-apenas-no-dia-8-de-outubro.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(2/10/18) NA. É #FAKE que Universidade do Sul da Califórnia fez pesquisa apontando que não há previsão de 2o turno na eleição presidencial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-que-universidade-do-sul-da-california-fez-pesquisa-apontando-que-nao-ha-previsao-de-2o-turno-na-eleicao-presidencial.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (2/10/18)FAKE, É. É #FAKE mensagem que diz que mesário pode falsificar assinatura de eleitores de Bolsonaro e, assim, anular o voto. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/03/e-fake-mensagem-que-diz-que-mesario-pode-falsificar-assinatura-de-eleitores-de-bolsonaro-e-assim-anular-o-voto.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (3/10/18) Mulher que acusa Ibope e Datafolha nunca foi funcionária e usa dados falsos sobre pesquisas. Disponível em:

judiciário. Bolsonaro incorpora em si mesmo uma espécie de “poder moderador”, como se a ele tivesse sido dado, pelo povo, o dever de fiscalizar e coordenar os demais poderes.

É perceptível que, embora absolutamente desconexos da realidade, seus discursos encontram lugar no imaginário de seus apoiadores, na promessa de salvaguardar não a sociedade, mas a ideologia ultraconservadora já existente, impedindo o avanço de novas realidades. A manutenção de um discurso de ódio ao

---

<<https://aosfatos.org/noticias/mulher-que-acusa-ibope-e-datafolha-nunca-foi-funcionaria-e-usa-dados-falsos-sobre-pesquisas/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (3/10/18) FAKE, É. É #FAKE imagem que mostra diálogo entre Sérgio Machado e Renan Calheiros com menção a Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/05/e-fake-imagem-que-mostra-dialogo-entre-sergio-machado-e-renan-calheiros-com-mencao-a-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (5/10/18) VAN. É #FAKE que PF apreendeu van com urnas eletrônicas alteradas com votos para Haddad. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/05/e-fake-que-pf-apreendeu-van-com-urnas-eletronicas-alteradas-com-votos-para-haddad.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(5/10/18) NALON, T. Palocci não afirmou em delação que urnas foram “encomendadas para fraudar as eleições”. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/palocci-nao-afirmou-em-delacao-que-urnas-foram-encomendadas-para-fraudar-eleicoes/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(7/10/18) Não é verdade que urna estava programada para autocompletar voto em Haddad. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/nao-e-verdade-que-urna-estava-programada-para-autocompletar-voto-em-haddad/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(7/10/18) Boletim de urna mostra mais votos em Haddad que total de eleitores (8/10/18) ALEXANDRE ARAGÃO. Haddad não prometeu fazer Lula presidente após passar para o segundo turno. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/haddad-nao-prometeu-fazer-lula-presidente-do-brasil-apos-passar-para-o-segundo-turno/>>. Acesso em: 27 set. 2024.(9/10/18) DOMINGO. É #FAKE que 7,2 milhões de votos foram anulados pelas urnas no último domingo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/10/e-fake-que-72-milhoes-de-votos-foram-anulados-pelas-urnas-no-ultimo-domingo.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (10/10/18) Os 7,2 milhões de votos nulos não significam que houve fraude nas urnas. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/os-72-milhoes-de-votos-nulos-nao-significam-que-houve-fraude-nas-urnas/>>. Acesso em: 27 set. 2024. (11/10/18) FAKE, É. É #FAKE áudio atribuído a advogado que diz ter provas de fraude eleitoral a favor de Haddad. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/17/e-fake-audio-atribuido-a-advogado-que-diz-ter-provas-de-fraude-eleitoral-a-favor-de-haddad.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (17/10/18)FAKE, É. É #FAKE que mesário pode acionar código 555 e reiniciar urna após voto para governador já ter sido dado. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/18/e-fake-que-mesario-pode-acionar-codigo-555-e-reiniciar-urna-apos-voto-para-governador-ja-ter-sido-dado.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024. (18/10/18)FAKE, É. É #FAKE que urnas eletrônicas irregulares foram apreendidas em carro particular. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/23/e-fake-que-urnas-eletronicas-irregulares-foram-apreendidas-em-carro-particular.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(23/10/18)FAKE, É. É #FAKE que foi comprovada fraude em urnas recolhidas no Paraná. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/24/e-fake-que-foi-comprovada-fraude-em-urnas-recolhidas-no-parana.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.(24/10/18)

avanço das configurações sociais de ensino, núcleo familiar, moralidade ou comportamento cívico, com o uso até mesmo da convocação de uma guerra civil<sup>59</sup>.

A *sociedade civil* era constantemente sequestrada, diversas manifestações políticas eram tomadas como atos de apoio<sup>60</sup>. Uma vez que sua base era incentivada ao armamento e à violência<sup>61</sup> (um aumento de 473,6% no número de licenças durante os 4 anos de governo), sendo impossível saber a dimensão real de seu apoio, gradualmente os movimentos de oposição foram se tornando cada vez mais esparsos, de modo que se incorporava no senso comum a aceitação de seu governo. Esperava-se que, de alguma forma, a inexperiência e até mesmo uma certa incompetência fosse capaz de minar seu eleitorado. Contudo, diferente do que previa Max Weber, as necessidades econômicas não foram capazes de superar sua dominação. Seu eleitorado, ainda que sofresse, se recusava a desacreditar a fé. As políticas não corresponderam às expectativas. O aumento exponencial do combustível foi de 66%, em 5 anos, enquanto o salário mínimo teve reajuste de somente 27%<sup>62</sup>. Os itens de mercado subiram até 50% em alguns casos, e a cesta básica teve aumento médio em mais de 20%<sup>63</sup>. O retorno a linha da pobreza extrema beira a casa dos 30% da população brasileira, de 2020 para 2021 houve um salto de mais de 40% no índice de miséria<sup>64</sup>. A taxa de desemprego dobrou<sup>65</sup>. Não houve melhora econômica para população ou facilidades em acesso a bens materiais.

---

<sup>59</sup> Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999. disponível em: [Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999 - Política - Estado de Minas](#)

<sup>60</sup> Veja imagens das manifestações do 7 de Setembro pelo país

<sup>61</sup> **Bolsonaro quer 1 milhão de licenças** para armas se reeleito. Disponível em: [Bolsonaro quer 1 milhão de licenças para armas se reeleito](#)

<sup>62</sup> Em 5 anos, preço da gasolina subiu 66% e o salário mínimo, 27%. Disponível em:

Em 5 anos, preço da gasolina subiu 66% e o salário mínimo, 27% | InvestNews. (acessado em

<sup>63</sup> Custo da cesta aumentou em nove capitais. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202206cestabasica.pdf>.

<sup>64</sup> Brasil teve recorde da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/12/02/brasil-teve-recorde-da-populacao-abaixo-da-linha-de-pobreza-em-2021-diz-ibge.htm>.

<sup>65</sup> REDAÇÃO. Taxa de desemprego dobrou na gestão de Bolsonaro em relação a governos petistas, aponta estudo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/21/taxa-de-desemprego-dobrou-na-gestao-de-bolsonaro-em-relacao-a-governos-petistas-aponta-estudo>>. Acesso em: 27 set. 2024.

No sentido oposto, os setores do governo tiveram maior disposição de recursos. O abuso do cartão corporativo, que aumentou a despesa em 108%<sup>66</sup>. O prejuízo interno para desvalorização da moeda<sup>67</sup> e aumento do dólar em benefício próprio<sup>68</sup>. Tudo parecia justificável ao eleitorado. Nem mesmo escândalos de corrupção, das rachadinhas e do ex-assessor Queiroz<sup>69</sup>, os valores recebidos ilegalmente pela Primeira Dama<sup>70</sup>, o pedido de propina em caixa de sapato<sup>71</sup>, ou as mansões compradas em dinheiro vivo e não declarado<sup>72</sup>, foram capazes de romper o ciclo de dominação. Bastava dizer que era melhor do que um suposto governo de esquerda. a resposta às notícias comumente eram: "e o PT? não roubou não?".

O surgimento da pandemia de COVID-19 escancarou para o mundo todo o desgoverno de Bolsonaro. O negacionismo, o desmerecimento da gravidade da situação da doença como "gripezinha"<sup>73</sup>, sucateamento do serviço público, em especial

---

<sup>66</sup>MATEUS SALOMÃO. Bolsonaro aumentou em 108% gastos no cartão corporativo, diz deputado. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-aumentou-em-108-gastos-no-cartao-corporativo-diz-deputado>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>67</sup>VASCONCELOS. Brasil de Bolsonaro faz nota de R\$ 100 valer apenas R\$ 13,43. Disponível em: <<https://www.bancariosrio.org.br/index.php/noticias/item/8526-brasil-de-bolsonaro-faz-nota-de-r-100-valer- apenas-r-13-43>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>68</sup> Paulo Guedes tem offshore ativa em paraíso fiscal R7.COM. Alta do dólar faz Guedes ganhar R\$ 1,24 milhão em 4 dias com offshore. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/alta-do-dolar-faz-guedes-ganhar-r-124-milhao-em-4-dias-com-offshore-22102021>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>69</sup>"Rachadinha", relação com família Bolsonaro e prisão: entenda o caso Queiroz. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/rachadinha-relacao-com-familia-bolsonaro-e-prisao-entenda-o-caso-queiroz/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>70</sup>BETIM, F. Queiroz fez 27 depósitos para Michelle Bolsonaro, a esposa do presidente, indica quebra de sigilo. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-07/queiroz-fez-27-depositos-para-michelle-bolsonaro-a-esposa-do-presidente-indica-quebra-de-sigilo.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>71</sup>Sem saber que está ao vivo, Bolsonaro fala sobre propina e "preço" de vaga no STF. Disponível em: <<https://istoe.com.br/sem-saber-que-esta-ao-vivo-bolsonaro-fala-sobre-propina-e-preco-de-vaga-no-stf/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>72</sup>O GLOBO. Mansões dos Bolsonaro: Alvo de polêmicas, conheça o interior dos imóveis avaliados em R\$ 9 milhões. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/09/mansoes-dos-bolsonaro-alvo-de-polemicas-conheca-o-interior-dos-imoveis-avaliados-em-r-9-milhoes.ghtml>>.

<sup>73</sup>"Gripezinha" e "País de maricas": confira as frases de Bolsonaro sobre a pandemia. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/politica/gripezinha-e-pais-de-maricas-confira-as-frases-de-bolsonaro-sobre/187784/>>.

do ensino público<sup>74</sup> e da ciência<sup>75</sup>, e a incompetência na gestão do SUS, e a troca constante de ministros da saúde<sup>76</sup>, o baixo investimento no combate à doença<sup>77</sup>, o incentivo ao uso de medicamentos comprovadamente ineficazes<sup>78</sup> e ao descumprimento das orientações sanitárias<sup>79</sup>, a recusa em comprar vacinas<sup>80</sup> e o desestímulo à vacinação<sup>81</sup>. Escândalos de corrupção abordados na CPI da COVID,<sup>82</sup> que apontam um número de mortos absurdo para uma doença cujo índice de mortalidade deveria ser inferior a 5%<sup>83</sup>.

Durante a corrida eleitoral de 2022, foi possível visualizar que a adesão ao bolsonarismo foi ainda maior. Com a eleição mais acirrada da história do Brasil<sup>84</sup> desde

---

<sup>74</sup>NA. Entidades dizem que governo federal fez novo bloqueio de verbas na educação superior. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/28/conif-diz-que-governo-federal-sinaliza-novo-bloqueio-de-verbas-para-a-educacao-superior.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>75</sup>Ministro reitera que foi pego de surpresa com corte de 92% das verbas para Ciência e Tecnologia - Notícias. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia/>>.

<sup>76</sup>Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia [15/03/2021]. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuella-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>.

<sup>77</sup>Governo só gastou 53,7% da verba liberada na pandemia. Disponível em:

<<https://www.estadao.com.br/economia/governo-so-gastou-53-7-da-verba-liberada-na-pandemia/>>.

Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>78</sup>GULLINO, D. Bolsonaro volta a defender remédios ineficazes após PGR pedir arquivamento de investigações da CPI da Covid. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/07/bolsonaro-volta-a-defender-remedios-ineficazes-apos-pgr-pedir-arquivamento-de-investigacoes-da-cpi-da-covid.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>79</sup>FOLHAPRESS. Bolsonaro é alvo de notícia-crime por incentivar descumprimento de medidas contra Covid-19 | GZH. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/bolsonaro-e-alvo-de-noticia-crime-por-incentivar-descumprimento-de-medidas-contra-covid-19-ck89keptc02a001qutofoqafp.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>80</sup>CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>.

<sup>81</sup>PARA. Ministérios publicam documentos oficiais para desestimular a vacinação infantil. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/28/ministerios-publicam-documentos-oficiais-para-desestimular-a-vacinacao-infantil.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>82</sup>Relatório da CPI da Covid-19: entenda os principais pontos! Disponível em:

<<https://www.politize.com.br/relatorio-cpi-covid/>>.

<sup>83</sup>Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil#:~:text=Na%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul%2C%20Brasil>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>84</sup>MOLITERNO, C. C., Danilo. Disputa entre Lula e Bolsonaro é a eleição para presidente mais acirrada da história. Disponível em:



a redemocratização. Bolsonaro conquistou uma parcela ainda maior do eleitorado<sup>85</sup>, utilizando o mesmo mecanismo de agenciamento da mentalidade coletiva e da *sociedade civil*, com a “ameaça petista”. Um medo tão latente que era capaz de ignorar todo o histórico desastroso de governo aqui narrado. Mesmo a derrota nas urnas não foi capaz de apaziguar os ânimos, pelo oposto, inflamou os humores de uma sociedade desesperada.

Diversos movimentos de revolta<sup>86</sup>, obstrução de rodovias<sup>87</sup>, e protestos "patrióticos", acampados em portas de quartéis, atacam a Democracia e pedem um golpe militar<sup>88</sup> sob justificativa de “defender o país”. A necessidade de salvação incutida na mente e no imaginário coletivo como parte da coerção social continua tão forte que perde inclusive a razoabilidade. Em diversos pontos das manifestações é possível ver a exaltação com boatos falsos de anulação das eleições e a suposta prisão do presidente do TSE<sup>89</sup> por fraude nas urnas<sup>90</sup>. Se alimentam constantemente de conteúdos e informações falsas como a abertura constitucional ao golpe, e a "ressurreição" messiânica de seu líder, que decretado estado de Sítio, “em 72h” iria retomar o poder<sup>91</sup>. Os “patriotas” como agora se denominam os bolsonaristas, se recusam a racionalizar o rigor democrático do resultado das eleições e parecem ter se desprendido totalmente

---

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/disputa-entre-lula-e-bolsonaro-e-a-eleicao-para-presidente-mais-acirrada-da-historia/>>.

<sup>85</sup>CAROLINACERQUEIRA. No 2o turno, Bolsonaro teve 400 mil votos a mais em 2022 do que em 2018. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-2o-turno-bolsonaro-teve-400-mil-votos-a-mais-em-2022-do-que-em-2018/>>.

<sup>86</sup>DANIELREIS. Manifestantes protestam pelo país contra eleição de Lula. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-protestam-contraeleicao-de-lula/>>.

<sup>87</sup>LEITOLES, F. Protestos de caminhoneiros por vitória de Lula bloqueiam rodovias. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/protestos-de-caminhoneiros-por-vitoria-de-lula-bloqueiam-rodovias-em-pelo-menos-8-pontos/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>88</sup>LOPES, L. Manifestantes pedem intervenção militar em SP e DF. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/manifestantes-pedem-intervencao-militar-em-sp-e-df/>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

<sup>89</sup>PATRIOLINO, L. Bolsonaristas comemoram ação falsa sobre “prisão em flagrante” de Moraes. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/11/5048760-bolsonaristas-comemoram-acao-falsa-sobre-prisao-em-flagrante-de-moraes.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>90</sup> Bolsonaristas comemoram falsa informação de fraude eleitoral; veja vídeo - Política - Estado de Minas

<sup>91</sup>NUNES, A. Bolsonaro não decretou estado de sítio e é falsa capa de A Gazeta com o anúncio. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/bolsonaro-nao-decretou-estado-de-sitio-e-e-falsa-capade-a-gazeta-com-o-anuncio-1222>>. Acesso em: 27 set. 2024.

de qualquer lógica, chegaram a clamar socorro a alienígenas<sup>92</sup>. Em verdade, não parece haver dissolução da capacidade de dominação, mas da superação da necessidade de reforço e presença constante do líder democrático, de modo que sua participação pode ser reduzida, tornando o bolsonarismo uma “religião” autônoma de devoção que já não precisa de ordens diretas, sendo capaz de ditar suas interpretações através de uma multiplicidade de lideranças que apontem seus olhos para Bolsonaro, tal como a religião cristã de se ramifica em cada congregação.

Para além da razão, o bolsonarismo se apresenta como uma ameaça jurídica. Há um ataque constante às garantias constitucionais de igualdade, liberdade, acesso à saúde e educação, e mesmo à ordem constitucional em si. Ao manipular o senso de apoio e falsear uma adesão da maioria, o Bolsonarismo foi capaz de eliminar as manifestações diretas de oposição. As pesquisas apontam que quase 70% do eleitorado tem medo de ser fisicamente agredido ou ameaçado por se manifestar<sup>93</sup>. A constante incitação à violência colocou em perigo a possibilidade de uma oposição. A violência política cresceu 335% desde o início do governo Bolsonaro<sup>94</sup>. Não somente as manifestações, a segurança pública tem sido comprometida uma vez que a legalização e facilitação do acesso a armas de fogo tem ajudado a manter os níveis de crimes violentos, segundo o fórum de segurança pública, 6.379 mortes por arma de fogo poderiam ter sido seguramente evitadas<sup>95</sup>. Algumas dessa, de cunho político, afinal, de fato, em certos casos a aversão aos eleitores de oposição foi capaz de levar à vias de fato ou mesmo às tentativas de homicídio<sup>96</sup>.

Para além do comprometimento da liberdade política, de expressão e manifestação, o enfrentamento da violência claramente não é uma das intenções do

---

<sup>92</sup>REDAÇÃO PRAGMATISMO. VÍDEO: Bolsonaristas pedem socorro a alienígenas em Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/11/video-bolsonaristas-pedem-socorro-a-alienigenas-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>93</sup> Quase 70% dos brasileiros têm medo de violência política – DW – 15/09/2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/quase-70-dos-brasileiros-t%C3%AAm-medo-de-sofrer-viol%C3%AAncia-pol%C3%ADtica/a-63140292>>.

<sup>94</sup> Com 214 casos em 2022, violência política cresceu 335% no Brasil em três anos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/13/com-214-casos-em-2022-violencia-politica-cresceu-335percent-no-brasil-em-tres-anos.ghtml>>.

<sup>95</sup> Armas de fogo e homicídios no Brasil. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/armas-de-fogo-e-homicidios-no-brasil/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/armas-de-fogo-e-homicidios-no-brasil/)>.

<sup>96</sup> Petista morto por bolsonarista: 6 vezes em que violência política pode ter sido estimulada em discursos. BBC News Brasil, [s.d.].

governo. Enquanto o aumento da violência doméstica teve percepção de aumento em mais de 80%, a destinação de verbas ao combate do problema reduziu 94%<sup>97</sup>. A injúria racial também vem crescendo, chegando a um aumento de 128% em algumas localidades<sup>98</sup>. O crime de Homofobia também tem sido mais recorrente chegando a uma morte violenta a cada 26h<sup>99</sup>, e o crime de estupro em razão da orientação sexual não heteronormativa aumentou 88%<sup>100</sup>. A ordem jurídica de proteção e segurança social encontra-se comprometida. Os já mencionados ataques aos órgãos do judiciário tem afetado a credibilidade das instituições. Enquanto 72% dos brasileiros não sabem a função do STF<sup>101</sup>. Já no Congresso, os números indicam que cerca de 52% dos eleitores de direitas são favoráveis ao fechamento da casa legislativa<sup>102</sup>. Ainda, cerca de 1/3 dos eleitores desconfia ou tem ressalvas com ambos os poderes sendo favoráveis ao fechamento do congresso e STF em momentos de crise<sup>103</sup>.

Como levantado, a ideia de um combate e crise generalizada tem aberto espaço a que se lance mão de prerrogativas despóticas e a revogação da ordem burocrática. A tentativa de subverter os valores constitucionais através do próprio

---

<sup>97</sup> DOURADO, I. Governo indica 94% menos de recursos para combate à violência contra mulheres. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5040407-governo-indica-94-menos-de-recursos-p-ara-combate-a-violencia-contra-mulheres.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>98</sup> [HTTPS://WWW.DOTHNEWS.COM.BR](https://www.dothnews.com.br). Em um dos estados “mais bolsonaristas”, crime de racismo cresce 128%. Disponível em: <<https://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/em-um-dos-estados-mais-bolsonaristas-crime-de-racismo-cresce-128/139267/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>99</sup> Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>>.

<sup>100</sup> REDAÇÃO. No Brasil de Bolsonaro, estupro de LGBTQIA+ aumentou 88,4%: Stonewall mostra o caminho. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/No-Brasil-de-Bolsonaro-estupro-de-LGBTQIA-aumentou-88-4-Stonewall-mostra-o-caminho>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>101</sup> PATRIOLINO, L. 72% dos brasileiros não sabem o que faz o STF, diz pesquisa da Quaest. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5025873-72-dos-brasileiros-nao-sabem-o-que-faz-o-stf-diz-pesquisa-da-quaest.html>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>102</sup> BARBOSA, B. Apoio a fechar Congresso e STF avança entre a direita, mostra pesquisa. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/10/apoio-a-fechar-congresso-e-stf-avanca-entre-a-direita-mostra-pesquisa.htm>>. Acesso em: 27 set. 2024.

<sup>103</sup> NESP. Desconfiança na democracia: 1/3 dos brasileiros apoia fechar Congresso e Supremo - Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas. Disponível em: <<https://nesp.pucminas.br/index.php/2019/07/09/desconfianca-na-democracia-1-3-dos-brasileiros-apoia-fechar-congresso-e-supremo/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

sistema legal e do aparato estatal mostra um paradoxo perigoso. A tentativa de conformar o sistema vigente a uma nova ordem caótica em que a razão abandona o sistema político-jurídico para dar lugar aos humores sequestrados de uma sociedade em desespero. Tem-se até aqui o desvio prático das competências legislativas como decretos e medidas provisórias na intenção de legislar; o esvaziamento da fé e da confiança no sistema político; a tentativa de invalidar o Judiciário; o estamento das pastas de garantia a direitos constitucionais e o descompromisso com o juramento de assegurar a permanência das instituições. O Bolsonarismo não é só uma vertente política, mas a corrosão do Direito institucionalizado. A tentativa de subverter os conceitos jurídicos, o sequestro das categorias de pensamento, o monopólio dos conceitos éticos comprometem a cientificidade do Direito. Todas essas questões destacam que o bolsonarismo é capaz de romper não somente com a fé nas instituições mas com o senso de necessidade da estrutura do Estado.

### **OITO DE JANEIRO: UMA AMEAÇA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Atacar o STF, tentar retirar-lhe a primazia na interpretação constitucional é também atacar a ordem legislativa como conhecemos. Tornar por parte do imaginário de quase metade da população (tendo em vista o resultado das eleições de 2022) que os poderes constitucionalmente instituídos são passíveis de abandono é desfazer-se da Constituição. É atacar diretamente a fonte, a produção, o exercício e a construção da ordem social e das normas jurídicas. É atacar o Direito enquanto Ciência estruturante da sociedade. É um atentado à Democracia. Enquanto para Bobbio o direito é "(...) o conjunto de normas que regula as relações sociais e políticas e, em última instância, serve como uma barreira contra a arbitrariedade e a desordem" (BOBBIO, 2000, p. 112), a autoridade carismática, segundo Weber, "não opera dentro dos limites do Direito; ao contrário, ela cria novas normas com base em sua própria legitimidade" (WEBER, 1999, p. 248). Exatamente por isso é possível ignorar o panorama existente e atentar contra a Democracia como se fosse salvá-la.

Tal como em canudos, os seguidores de Bolsonaro, essa massa que se destaca da *sociedade civil*, também estavam dispostos a defender seu líder a extremos.

Claro, se trouxéssemos para os dias atuais o dilema de Canudos possivelmente nos chocaríamos com um atentado ao federalismo e a indissolubilidade da União. Como não pretendemos fazer a compatibilização com a legislação da época, podemos encontrar um episódio mais recente a ilustração da problemática que estamos apontando desde o início deste trabalho. Se tratando de investigações ainda em andamento, mesmo que já tenhamos algumas condenações, qualquer afirmação que se pretenda categórica acerca dos autos ou de seu conteúdo pode ficar prejudicada. Contudo seria impossível não mencionar o catastrófico 08/01/2023. Após o resultado das eleições, seguidores do bolsonarismo começaram a sitiar quartéis militares clamando por intervenção militar, crenças de que seu socorro viria das forças armadas. Sua interpretação do artigo 142 da constituição<sup>104</sup> serviria não a garantir a manutenção dos poderes, mas a possibilidade de sua superação. Pouco tempo depois o ápice do movimento. São organizadas caravanas rumo ao Distrito Federal. Em 08 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro iniciam uma caminhada rumo à praça dos três poderes esperava-se que por cenas similares aos protestos de de 2012 com manifestantes ocupando pacificamente os prédios buscando espaço para suas reivindicações. O que se segue é inédito na história do Brasil, imagens de depredação, destruição e total desrespeito com a coisa pública. Os ocupantes quebraram portas e vidraças, forçaram sua entrada, destruíram sistemas de incêndio, inundaram parte dos prédios, destruíram obras de arte, presentes cerimoniais, objetos históricos, invadiram e depredaram gabinetes. Os principais prédios do governo em Brasília — Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e Palácio do Planalto — estavam sob ataque. Este é, sem sombra de dúvidas, o perfeito exemplo de como a dominação carismática, somada a uma sociedade civil polarizada, pode ser utilizada de forma instrumentalizada para subverter a ordem política. O uso constante de uma retórica contra "inimigos" da nação e a promoção de um discurso moralizante com o objetivo de minar o Direito, anular uma eleição e derrubar o próprio Estado Democrático.

---

<sup>104</sup> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

É perceptível que, embora absolutamente desconexos da realidade, seus discursos encontram lugar no imaginário de seus apoiadores, na promessa de salvaguardar não a sociedade, mas a ideologia ultraconservadora já existente, impedindo o avanço de novas realidades. A manutenção de um discurso de ódio ao avanço das configurações sociais de ensino, núcleo familiar, moralidade ou comportamento cívico. Para além de superar a forma de racionalidade e validação do controle democrático representativo vigente, tal dominação, incutida como forma de coerção da realidade, seja pelo desespero ou pela paixão. Toma para si atributos sacramentados como Família, pátria e a própria religião consegue exercer controle sobre a forma pela qual os indivíduos enxergam a realidade e o que validam como real. Assim como qualquer outra religião, a mitologia do bolsonarismo é capaz de explicar e justificar a realidade frente a qualquer apelo da realidade e sequestrar a coerção social e tornando refém a *sociedade civil* de forma tirana, em que a oposição se vê impedida de manifestação.

Vimos que o Direito, emergindo da da sociedade civil, desempenha um papel central na construção da hegemonia. Cabe ao Estado, valendo-se da legalidade "(...) criar e manter um consenso em torno de suas normas, que muitas vezes são aceitas como legítimas mesmo por aqueles que são oprimidos por elas" (GRAMSCI, 2000, p. 57). Contudo, munidos de fé em seu “salvador” esquivar-se do arcabouço legal cometendo crimes contra a segurança nacional e a integridade das instituições democráticas, conforme estabelecido no artigo 5º, incisos XLIV e XLV da Constituição Federal. Além disso, é garantida a inviolabilidade dos Poderes da União. Prevista no artigo 60, § 4º, da Constituição, proíbe qualquer alteração que vise abolir a separação de poderes ou a forma federativa de Estado. A insatisfação com o resultado das urnas, confundindo-se à insatisfação ao sistema democrático promoveu a tentativa de suprimi-lo por meios vis e ilegais. A tentativa de subverter a Democracia por imposição violenta contra a instituição representa uma ruptura no pacto social.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo do texto experimentamos o conceito de sociedade civil por diferentes visões, sempre enfatizando seu papel enquanto arena de manifestação, luta

e consolidação do interesse popular. O que independe do panorama a que se atribui sua formação, se por associação, transferência de poder, garantia de direitos ou se por divisão de classes. Entendemos que, ainda que existam cisões ou secções nos interesses por ela incorporados, será sempre uma representação da cultura e da política. Obviamente que onde o agir político é melhor incorporado, mais forte essa se torna e maiores chances de se difundir a igualdade. A sociedade civil nasce do conflito na mesma medida em que nasce da regulação coletiva, sendo também através do conflito que esta evolui. A capacidade de controle da coletividade sobre o indivíduo é sempre permeada pela necessidade de difusão da moralidade e da diretriz coletiva. Como demonstrado, enquanto sociedade estamos sujeitos aos processos de evolução decorrentes de tensões e conflitos internos de incorporação regulação e superação de experiências coletivas.

Apesar de explicar os critérios de construção da dominação e sua capacidade de romper o estado de coisas, a teoria weberiana ainda se mostra carente em determinar o exato processo de desfazimento da dominação uma vez que, como visto, é aparentemente possível que ela não somente sobreviva às pressões do cotidiano e às tensões econômicas e sociais, como as supere/ignore ou que delas se alimente. Resta saber se a dominação permanecerá com a saída de Bolsonaro da posição presidencial, despontando grandes manifestações populares, ou mesmo adormecida aguardando um novo estopim.

A urgência de consolidação do projeto democrático perpassa a compreensão de que, na experiência brasileira, nossa construção política tem sido conduzida desde antes da redemocratização por ensaios carismáticos. Não há mal na identificação do seguidor com seu líder, contudo, a abertura ao messianismo claramente apresenta riscos a toda nossa ordem democrática. Ante as conceituações e devidas contextualizações aqui apresentadas, o que se pode concluir é que a *dominação carismática* é capaz de superar a realidade de tal forma que a gerar disposição irracional a obediência. a *sociedade civil*, tal como os interesses nela embutidos, são voláteis e passíveis de serem afetados por diversas forças participando e orientando a construção da realidade histórica.

No que diz respeito a experiência brasileira, da Democracia e da *sociedade civil*, prima encontrar formas de amadurecer o nossos mecanismos de combate. O interesse político ainda não foi bem assimilado, de modo que o projeto democrático fica refém de algozes atores como as elites políticas e de capital. Não foi possível encontrar senão no judiciário o combate e proteção da Ordem democrática. Infelizmente apontar tais críticas parece confessar a não superação de seu passado, impedindo-nos de vislumbrar alguma evolução no nosso futuro. É necessário entendermos enquanto sociedade a incompatibilidade entre desigualdade e Democracia, só assim poderemos criar uma Sociedade civil capaz de equalizar nossas necessidade primeira, a de um sistema de garantias forte. Não é, e não pode parecer razoável a nenhum tempo que se cogite abrir mão da democracia em prol de qualquer liderança. Não apenas em discurso, mas racionalmente.



## BIBLIOGRAFIA

**ALCÂNTARA, Fernanda.** *Os clássicos no cotidiano*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

**BACH, Maurizio.** Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 51–70, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/rsdj7sjHP5RsM9ngFYTvrcr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2022.

**BARRETO, Mariana.** “A dominação” de Weber pelos seus manuscritos inacabados. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 587–593, out. 2014. Disponível em: [https://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02\\_resenha.pdf](https://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02_resenha.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

**BEIRED, José Luiz Bendicho.** Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. *América Latina: História*, v. 22, n. 2, p. 123–140, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000200004>. Acesso em: 18 dez. 2022.

**BOBBIO, Norberto.** Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 1992.

**BOBBIO, Norberto.** *Teoria da Norma Jurídica*. Brasília: UnB, 2000.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

**CAMPOS, Luna Ribeiro; DAFLON, Verônica Toste.** Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 24, n. 61, p. 86–115, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sociologias/article/view/68964>. Acesso em: 27 set. 2024.

**CASIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto.** Alexis de Tocqueville e o liberalismo francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339605/2018>. Acesso em: 16 dez. 2022.

**COUTINHO, C. N. GRAMSCI, Antônio.** Um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 83, 1999.

**CUNHA, Euclides da.** Os sertões: campanha de canudos. São Paulo: Ateliê, 2009.

**DURIGUETTO, M. L.** Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

**DURKHEIM, Émile.** As regras do método sociológico. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

**DURKHEIM, Émile.** As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo; FREITAS, André Luis Castro de.** De Marx a Gramsci: em busca da contra hegemonia. Anais da Jornada: ISSN 2526-6950. Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/DE-MARX-A-GRAMSCI-E-M-BUSCA-DA-CONTRAHEGEMONIA.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

**GARRISON, J. W.** Do confronto à colaboração: relação entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.

**GRAMSCI, Antônio.** Cadernos do Cárcere. 6. vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

**GRAMSCI, Antônio.** Maquiavel, a política e o estado moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

**HOBBS, Thomas.** Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**LOCKE, John.** *Dois tratados sobre o governo.* Ed. Peter Laslett. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**LOCKE, John.** *Segundo tratado sobre o governo civil.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

**LOSURDO, Domenico.** Hegel, Marx e a tradição liberal: Liberdade, Igualdade, Estado. São Paulo: Unesp, 1998.

**MAGALHÃES, Fernando.** O passado ameaça o futuro: Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. *Tempo e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 49–66, maio 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Q4Kgy5Bhxr3Shw577JxzXtB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

**MAIA, Eduardo.** Teoria marxista da hegemonia e do Estado: um diálogo entre Gramsci e Poulantzas. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 9, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/431>. Acesso em: 16 dez. 2022.

**MARTINS, A. S.** A Burguesia e a Nova Sociabilidade – estratégias políticas para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói: UFF, 2007.

**MARTINEAU, Harriet.** *Como observar morais e costumes*. Tradução Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. 1. Ed. Governador Valadares. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2021.

**MARTINEAU, Harriet.** *Sociedade na América*. Tradução Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. 1. Ed. Governador Valadares. Ed. da Autora, 2022.

**MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

**MOREIRA, Adilson José.** Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 2, p. 303–325, jun. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21460/20594>. Acesso em: 19 dez. 2022.

**ROUSSEAU, Jean-Jacques.** O Contrato Social: princípios do direito político. Tradução de Antônio P. Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

**SANTOS, Boaventura de Sousa.** Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 777-821

**SILVA, Antônio dos Santos. NETO, Antônio Carvalho.** Uma contribuição ao estudo da liderança sob a ótica weberiana de dominação carismática. *Revista. Adm. Mackenzie* 13 (6). Dezembro de 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000600003>>. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

**PIRES, F. F.; SANTANA DE JESUS, R. O. S.** Do Brasil para o mundo: como conceitos clássicos weberianos podem nos ajudar a entender o sucesso transnacional da Igreja Mundial do Poder de Deus? *Revista Ciências da Religião: História e Sociedade*, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/6685>. Acesso em: 22 dez. 2022.

**REIS, Daniel Aarão.** Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1–11, jan.-abr. 2020. e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/36709/19614>. Acesso em: 16 dez. 2022.

**ROUSSEAU, Jean-Jacques.** O contrato social: princípios do direito político. Tradução de Antônio P. Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**SANTOS, Boaventura de Sousa.** A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**SANTOS, Boaventura de Sousa.** Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 777–821.

**TOCQUEVILLE, Alexis de.** A democracia na América: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Livro 1.

**WEBER, Max.** Economia e sociedade. Volume 2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

Disponível em:

<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.